

O CAMINHO DA ESCOLA

LUTA POPULAR PELA ESCOLA PÚBLICA



MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO
DA ZONA LESTE



Caravana à Secretaria de Educação, dia 17/10/86



Uma história diferente acaba de ser escrita. Uma história de lutas subterrâneas, miúdas, cotidianas, que não constam nos documentos oficiais e nos livros. Uma história que apenas começou a ser contada e que está sendo, ao mesmo tempo, construída coletivamente, com seus avanços, recuos e impasses. Seus protagonistas — jovens, mulheres, trabalhadores e crianças — tecem os fios de uma luta invisível que, ao ser reconstruída, permite desmistificar certas idéias que consideram o movimento da História realizando-se somente a partir do Estado, dos detentores do poder, dos portadores das grandes idéias e da ação de grupos minoritários.

Este caderno conta a história de um movimento popular por educação na Zona Leste da cidade de São Paulo. Baseado em depoimentos de seus integrantes, narra suas lutas pela ampliação e melhoria da rede de ensino público. A luta pela educação é uma dentre as várias que o povo tem travado para efetivar direitos que, embora reconhecidos na lei, lhe são negados na prática. Mas essas lutas não visam só a concretização de direitos já reconhecidos; muitas vezes, eles ultrapassam os limites permitidos pelo Estado e elites dominantes, conquistando novas esferas de legitimidade que, mais tarde, acabam por ser reconhecidas oficialmente.

Cadernos do CEDI 15

O CAMINHO DA ESCOLA

LUTA POPULAR PELA ESCOLA PÚBLICA

Vera Masagão Ribeiro

Texto baseado nos depoimentos de:

**Adriano Diogo,
Antônio Aspholm,
Gabriela O'Connor,
Maria Aparecida F. Pereira,
Maurílio José Ribeiro,
Neide M. Rinaldi de Freitas,
Onoris Ferreira Dias,
Paulo de Faria Toledo,
Teresa Simões Couto,
Terezinha G. do Espírito Santo,
Roberto de Jesus.**

CEDI
Centro Ecumênico de Documentação e Informação

São Paulo
Dezembro de 1986

CEDI
Centro Ecumênico
de Documentação e Informação

Conselho Editorial
Helolza de Souza Martins,
José Oscar Beozzo,
José Ricardo Ramalho,
José Roberto Pereira Novaes,
Pedro Pontual,
Rubem Alves,
Zwinglio Mota Dias.

Rua Cosme Velho, 98 — Fundos
Telefone: (021) 205-5197
22241 — Rio de Janeiro — RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone: (011) 825-5544
01238 — São Paulo — SP

Pedidos para:
CEDI — Av. Higienópolis, 983
01238 — São Paulo — SP
Telefone: (011) 825-5544

Fotolito
Cia. Editora Joruês

Esse caderno é uma produção do Programa
de Educação e Escolarização Popular do
CEDI

Edição e Texto
Vera Masagão Ribeiro

Fotos
Antonio Aspholm,
Douglas Mansur,
Eduardo Simões/Agência F4,
Vera Masagão Ribeiro,

Foto de Capa
Zeca Guimarães/Agência F4

Quadrinhos
Maurílio José Ribeiro

Produção Gráfica
Sérgio Alli

Colaboração
Marília Pontes Sposito,
Sérgio Haddad

Agradecimentos a Neide Rinaldi
de Freitas pelo apoio na viabilização
de todas as etapas desse trabalho.

Índice

05	Apresentação
07	Esta história começou assim
11	Quando a coisa tá quente, o fogo pega!
12	Entrevista com o Pe. Antonio Marchioni
16	Quem tem medo da diretora?
18	Entrevista com Marcos Mendonça
21	Lutando pela escola, ninguém tira zero
25	Trabalhar e estudar... onde?
28	Entrevista com Cecília Guaraná
30	Enquanto isso, a juventude...
36	Força estranha
38	Entrevista com Eduardo Jorge
42	O elefante branco
44	Entrevista com Miriam Warde
46	O povo vai à escola
52	Movimento, escola e futuro
56	Luta popular por educação: projeto de uma nova escola
	Artigo de Marília Pontes Sposito

Apresentação

O Programa de Educação e Escolarização Popular do CEDI vem trabalhando no campo da escolarização de adultos de grupos populares no sentido de apoiá-los em suas organizações autônomas, assessorando-as, documentando, sistematizando e divulgando o conhecimento produzido nessas práticas. Tal ação se baseia na convicção de que a educação popular e a escolarização popular são partes fundamentais do processo de fortalecimento dos grupos e movimentos populares, na perspectiva de sua constituição enquanto sujeitos políticos autônomos.

Temos prestado assessoria a experiências de alfabetização de adultos empreendidas pelas próprias organizações populares. Nossa atuação como educadores junto a essas organizações não ignora, entretanto, a responsabilidade do Estado no que diz respeito à educação. A rede de ensino público e gratuito é uma conquista e um direito dos trabalhadores. Achemos fundamental garantir o acesso e a permanência na escola do numeroso segmento social que dela tem sido excluído. Nesse sentido, cabe a nós também a análise, a crítica e a elaboração de propostas no que toca às políticas públicas do Estado no campo da educação. Visamos ainda contribuir com os educadores que atuam na rede pública de ensino, pela valorização de seu trabalho e pela melhoria da qualidade do ensino oferecido pelo Estado.

Nossa opção política de fortalecimento das organizações populares cruza-se, então, com uma luta pela democratização do aparelho de Estado, incluída aí a escola pública, para que seus serviços venham realmente de encontro aos interesses populares.

A publicação desse caderno abriu-nos uma nova perspectiva, síntese e enriquecimento das linhas de trabalho que vínhamos desenvolvendo. Ele nos foi solicitado pelo Movimento de Educação da Zona Leste, organização popular que, desde 1980, vem se mobilizando em torno de seu direito à educação. Sua estratégia básica tem sido exigir do Estado que cumpra sua obrigação no que toca à manutenção do sistema de ensino público.

Mobilizando a população, elaborando suas reivindicações, denunciando e exigindo respostas das Secretarias da Educação, o Movimento conquistou mais escolas de 1º grau para a região, a ampliação dos cursos de 2º grau e da rede de educação infantil, além de incluir na responsabilidade do Estado a educação básica para adultos e jovens expulsos do sistema de ensino regular, através da abertura de cursos supletivos. Para garantir que a população mais pobre possa usufruir desses servi-

ços, o Movimento luta também pela efetivação do princípio de gratuidade do ensino público, recusando a cobrança de taxas de qualquer espécie por parte das escolas e exigindo a distribuição gratuita de material didático. Ao longo de sua trajetória, o Movimento foi também firmando posição quanto à necessidade de lutar pela qualidade do ensino oferecido pelo Estado, o que implica na melhoria do equipamento material das escolas e das condições de trabalho dos educadores. E, para garantir que a educação pública sirva realmente aos interesses da população, o Movimento tem lutado pela democratização das instâncias de gestão da escola, na perspectiva de que delas possam participar aqueles que se utilizaram de seus serviços.

Esse caderno reconstitui a história dessas lutas, apontando para o significado social mais amplo que elas encerram. Reunindo pessoas que participaram das diversas etapas do Movimento, fomos lembrando os acontecimentos que teceram sua história e refletindo sobre o significado que tiveram para cada um, para o fortalecimento do próprio movimento popular e para as classes trabalhadoras de modo mais geral. Sobre esses depoimentos foi elaborado o texto do caderno. Incluímos ainda algumas entrevistas e um texto de pessoas que se relacionaram mais ou menos diretamente com o Movimento. No confronto desses diversos pontos de vista, procuramos elementos que nos permitissem ampliar a compreensão sobre o significado social dos movimentos populares por educação. Incluindo-os no cenário das demais forças sociais, podemos analisar como esses movimentos se relacionam, se embatem ou dialogam com os educadores e suas entidades de classe, os partidos políticos, a ação pastoral da Igreja e os administradores da máquina estatal.

Nosso objetivo é que, primeiramente, a reconstrução dessa história, enquanto trabalho conjunto da equipe do CEDI e das lideranças do Movimento, possa a ele retornar como instrumento de reflexão e recriação de sua prática. Além disso, acreditamos ser fundamental divulgar a experiência do Movimento de Educação da Zona Leste entre outras organizações populares especialmente aquelas que atuam no campo da educação. Finalmente, acreditamos que o conhecimento dessa história é fundamental para todos aqueles que se preocupam com a problemática educacional. Se desejamos uma educação voltada aos interesses populares é preciso que reconheçamos e saibamos compreender de que forma as classes populares e suas organizações inserem a educação em seus projetos de vida, como percebem a escola que temos hoje, como elaboram o projeto de uma escola melhor e quais os caminhos que apontam no sentido de sua construção.

Esta história começou assim

Na Zona Leste moram cerca de 3 milhões de pessoas, na sua grande maioria trabalhadores pobres das indústrias, do comércio e de serviços. Retrato da urbanização caótica das periferias da cidade, a região é carente de serviços básicos como água, luz, asfalto, transporte, moradia, saúde e educação. Mas nessa mesma região, nascem inúmeros movimentos populares reivindicando essas condições mínimas de se viver em São Paulo.

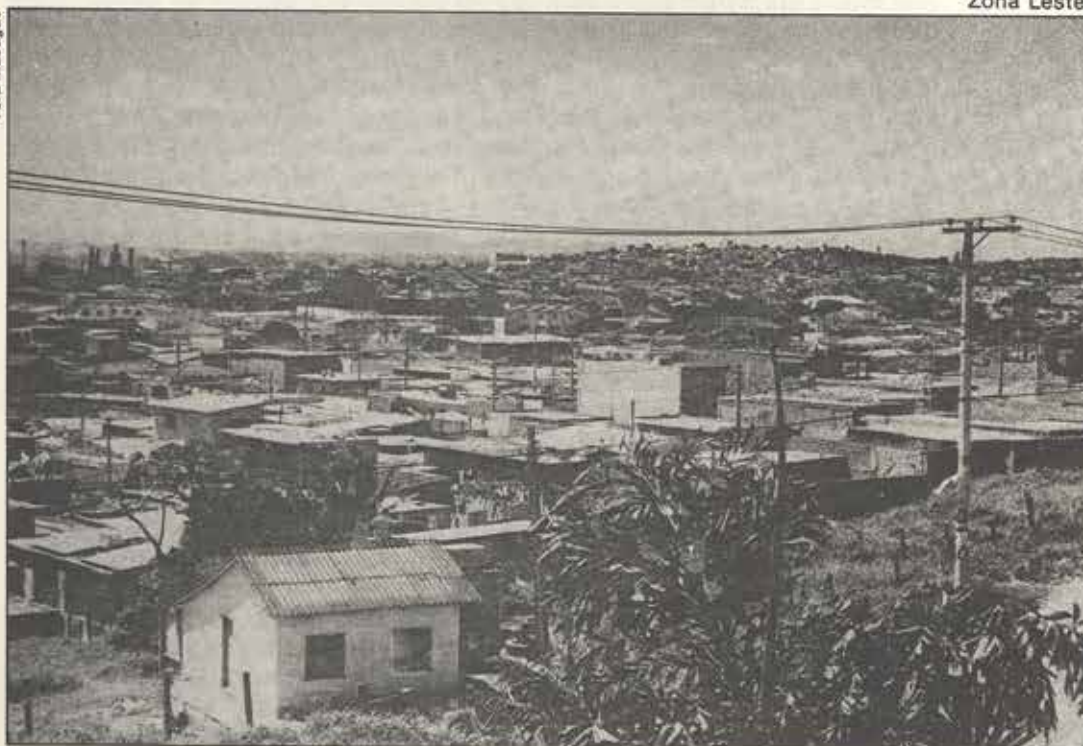
As mães se reuniam na capela do Monte Santo. Como a rua estava cheia de lama, e o lixo, se não era queimado, se amontoava na frente das casas, para além de reza, o assunto era esse. Tereza comentava, tinha ouvido dizer que vinha uma empresa particular pôr o asfalto, e, como era particular, as famílias iam ter que pagar mais caro.

— Mas tem que pagar tanto pra poder chegar no serviço sem ser todo borrado de barro?

Não. Quem tinha que entrar com o asfalto era a prefeitura, que então todo mundo podia sair na rua sem ficar devendo nada a ninguém. Um telefone público também era de muita precisão para todos, assim não ficavam só lá, isolados de tudo.

Vista de Ermelino Matarazzo,
Zona Leste de São Paulo.

Vera Masagão



Como havia esses assuntos e muitos outros, as mães, todo fim de ano, faziam um planejamento. Colocavam os principais problemas que elas iam ter que resolver. Para o ano de 1980, as mães fizeram um planejamento assim:

1. asfalto (da prefeitura)
2. orelhão
3. APM

SURGE O PROBLEMA DA APM

APM quer dizer: Associação de Pais e Mestres. Uma associação que tinha nas escolas, até hoje tem. Inclusive, a maioria das pessoas nem sabia o que era essa APM, nem como funciona. Só sabiam que existia a tal a APM e existe mesmo, existe até lei falando dela com aquelas palavras que tem nas leis. A lei diz: DECRETO Nº 12.983, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1978. Estabelece o Estatuto Padrão das Associações de Pais e Mestres. PAULO EGYDIO MARTINS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, considerando, etc... etc... etc...

Bom, resumindo, o que a lei diz é que a APM foi criada para aumentar a união entre pais e professores, para os pais e professores ajudarem a diretoria a tomar conta da escola, para que todos colaborem na melhoria da escola e para ajudar também aquele aluno mais pobre, aquele que não tiver dinheiro nem para comprar um lápis e um caderno.

Acontece que a maioria das pessoas não sabia disso. O que elas sabiam era que, quando iam matricular os filhos nas escolas, tinham que pagar uma taxa da APM. Era por conta disso que todo começo de ano a capela do Monte Santo ficava que era uma tristeza. Entravam mães e mães chorando, chorando mesmo, porque não tinham dinheiro para pagar a taxa da escola. Cada uma contava uma história mais cabeluda, que a diretora estava exigindo a taxa, que fulana tinha cinco meninos na escola e que tinha que pagar cinco taxas, que os meninos iam ficar sem estudo, que o que ia ser daqueles meninos... Tinha escola que exigia até Atestado de Pobreza! Para matricular um menino sem pagar a taxa, tinha que ir até a delegacia pedir um Atestado de Pobreza. Já imaginaram que humilhação você ter que entrar numa delegacia e pedir um atestado desses!

Por essas e outras é que as mães do Monte Santo planejaram para o ano de 1980 resolver esse problema da cobrança da taxa da APM. Por tudo que elas viam e sabiam, essas coisas de escola eram um caso sério. Quem não se preocupa com escola? Quem não se preocupa com o futuro dos filhos?

NAS ESCOLAS, AS CRIANÇAS POBRES SÃO DISCRIMINADAS

Acontece também que, exatamente nessa época, o grupo de mães estava discutindo, junto com a Irmã Gabriela, que era da comunidade eclesial de base, sobre o assunto dos Direitos Humanos. Era um assunto novo para quase todas, então elas procuravam entender exatamente o que era. Não era difícil: Direitos Humanos é simplesmente a pessoa ter o direito de ser uma pessoa humana. Porque há muita coisa nesse mundo que faz a pessoa se sentir um verdadeiro bicho. Gente passando fome, gente mendigando, gente sendo humilhada de tudo que é jeito, isso não é nem direito e nem humano. Nessas discussões, as mulheres foram contando muitos casos de suas próprias vidas, situações onde a pessoa se sentia humilhada, situações que eram uma violência contra os Direitos Humanos. Foram percebendo que essas situações aconteciam também dentro das escolas, humilhando muito as crianças.

Uma das mães contou que, na escola da filha, tinha uma fila para as crianças que pagavam a APM e outra para as que não pagavam. Numa outra escola só recebia merenda quem pagava a taxa. Contaram-se vários casos e sempre era a mesma coisa: nas escolas do Estado, onde to-



Capela do Monte Santo.

dos deveriam ser tratados igualmente, sempre aquelas crianças mais bem de vida, com uma roupa mais novinha, recebiam um tratamento melhor; enquanto as mais pobres, aquelas que vinham com uma roupa mais batida, não recebiam muita atenção, eram até maltratadas e humilhadas. Estava claríssimo que isso não era certo, era uma violência contra os direitos da criança.

Mas será possível que a lei permite uma coisa dessas? As mães resolveram estudar as leis sobre a Associação de Pais e Mestres para pesquisar isso. Pediram auxílio para pessoas que entendiam de leis, que já tinham trabalhado em escolas e conheciam seus problemas. Descobriram o seguinte: realmente, a lei permite que a APM recolha recursos financeiros, dinheiro da comunidade, para conservar o prédio, promover atividades culturais e de lazer e dar assistência aos alunos carentes.

Esse é o tipo de lei perigosa ... Porque ninguém vê nada de mal, à primeira vista, em que a escola recolha dinheiro para promover essas coisas. Mas todo mundo sabe também que as escolas do Estado andam muito abandonadas. Tem vidro quebrado, privada entupida, falta funcionário, servente, às vezes falta até giz para o professor dar aula. Essa situação demonstra o descaso do governo com as escolas, principalmente com as escolas da periferia. Os diretores ficam obrigados a usar o dinheiro da APM para fazer consertos, contratar pessoal de limpeza, etc., mas tudo isso seria obrigação do governo, não dos pais dos alunos.

Apoiado nessa lei, o governo joga nas costas do povo uma obrigação que é sua. Existe uma lei maior, a Constituição, que diz que nas escolas do Estado e da Prefeitura o ensino básico tem que ser gratuito, ou seja, da primeira à oitava série a educação tem que ser de graça, os pais não têm que pagar nada para a escola. O povo já paga imposto, dando dinheiro para o governo fazer o que tem que fazer.

**APM É USADA
PARA TIRAR
DINHEIRO
DOS PAIS**

Então, como podia ser que os pais fossem obrigados a pagar a taxa da APM? O caso era que, de verdade, a taxa não era obrigatória. Isso também está na lei: a contribuição dos sócios da APM é facultativa, só paga quem quiser e tiver condições; a cobrança só pode ser feita depois do encerramento das matrículas. O que estava acontecendo nas escolas era absolutamente contra a lei. Nenhuma escola podia obrigar os pais a pagarem taxa nenhuma para matricular os filhos. Era abuso! Escola que tinha a cara de pau de exigir o canhotinho do banco junto com os outros documentos de matrícula!

As mães já sabiam o que fazer. Se o povo estava sendo enganado elas iam contar a verdade. Se as diretoras continuassem a desrespeitar a lei, elas iam quebrar o pau. Foi por isso que, naquele ano de 1980, o item nº 3 do planejamento do grupo de mães foi o que mais movimentou os moradores do Monte Santo.



Uma das primeiras reuniões das mães contra a taxa da APM em novembro de 1980.



Eduardo Simões/F4

Quando a coisa tá quente, o fogo pega!

As escolas cobravam ilegalmente a taxa da APM na hora da matrícula. Contra isso, o grupo de mães da comunidade de Monte Santo organizou sua primeira luta no setor de educação. Essa luta se estenderia para outros bairros da Zona Leste.

O assunto da APM estava esquentando, alguma coisa podia sair dali. As mães resolveram então ir visitar outras mães que elas conheciam das vilas mais próximas. Onoris, da Cidade Nova, recebeu a visita de Irene. No grupo de mães da Cidade Nova a coisa pegou fogo. Começava-se colocando a questão da APM e a mulherada desatava a falar uma mais do que a outra. Não era só a APM, atrás dela vinha um monte de problemas que estavam acontecendo nas escolas públicas do bairro:

— Se fosse só a APM até que a gente engolia, mas é de todo jeito que eles querem arrancar o dinheiro da gente. Essas festas juninas que as escolas fazem... Não que eu não goste de ir numa festa para me divertir, como vocês podem ver, eu sou uma mulher bem divertida. Mas é que as professoras põem os meninos para conseguir prendas, quem levar tantas prendas ganha tantos pontos e os pontos valem notas. A minha preocupação é que os meninos aprendam a roubar. Outro dia, um dos meus veio me pedir uma lata de óleo e massa de tomate que valia não sei quantos pontos. Eu disse que não tinha, o que tinha só dava para a semana. Daí ele levou escondido, óleo, margarina e massa de tomate, porque ele estava pressionado, queria os dez pontos, queria passar de ano. Eu fiquei agoniada quando descobri aquilo, porque eu faço de tudo para meus meninos estudarem e conseguirem um emprego decente. O que a escola está ensinando para nossos filhos? Ela devia ensinar coisas boas e importantes, se fosse para os meninos aprenderem a roubar eu largava na rua mesmo.

Esse tipo de conversa ia pondo lenha na fogueira. Cada mãe contava um caso, as outras iam vendo que na escola dos filhos acontecia a mesma coisa. A partir daquelas discussões elas foram percebendo que o problema não era só delas, era um problema geral. As mães da Cidade Nova juntaram-se com as do Monte Santo e foram visitar outras mães e cada vez mais mulheres se movimentaram de lá pra cá. Num domingo era a Neide que ia para outra vila, no outro sábado a Maria com a Irmã Gabriela. Aproveitando as idas do padre Vito, as mulheres iam fazendo contato com outros grupos de mães que elas não conheciam. Iam se dando conta também da grandeza da questão que estavam levantando, a cada dia descobriam novas barbaridades:

— A turma da minha filha mais velha está arrecadando fundos de Cr\$ 600.000,00 para a "Festa de Formatura". Como uma escola pode aprovar uma "Festa de Formatura" de Cr\$ 600.000,00? Que tipo de orientação a escola está dando diante dos sofrimentos do povo?

**ORGANIZANDO
A LUTA, MÃES
DENUNCIAM AS
ESCOLAS**

— Eu fui até a escola pedir uma explicação, porque meu filho não teve aulas três dias seguidos. A diretora, por isso, não hesitou em chamar o menino de sem-vergonha em plena sala de aula (7ª série D) e ainda me chamou de louca, me acusou de analfabeta.

— E esse negócio das escolas levarem os alunos no Sílvia Santos? É um absurdo o tratamento que as crianças têm lá, discriminação de crianças de cor, ricas e pobres...

— Os professores ficam mais de um mês ensaiando as crianças, com isso as crianças ficam sem as aulas de estudo. No lugar da aula ficam ensaiando discoteque...

— Este Programa Sílvia Santos é uma negação de todos os valores educacionais!

— Dizem que o Sílvia Santos paga um valor para a Escola... Qual o valor? Para quem fica?

— Para os alunos é que não é.

VÁRIOS INSTRUMENTOS SÃO USADOS NA ARTICULAÇÃO REGIONAL DO MOVIMENTO.

O fogo se espalhou. Para além de Ermelino Matarazzo, foi tomando Ponte Rasa, Itaim, São Miguel, a Nitro Operária, Cidade Líder, Itaquera, Jardim das Oliveiras, Bairro das Pimentas, Vila Curuçá. Eram mais de vinte bairros. As mulheres organizaram uma coordenação. Recebiam cartas de vários lugares com denúncias sobre as escolas. As principais eram: imundice, prédio caindo aos pedaços, falta de segurança, falta de professores, escola fechada a noite e "pedição" de dinheiro. Estava na hora de tomar uma providência.

Movimentos populares nascidos das pastorais devem buscar sua autonomia

Como você começou a participar do Movimento de Educação?

Padre Ticão: Quando cheguei a Ermelino Matarazzo, em 1982, o Movimento já existia há dois anos. Conheci-o através da Comissão de Direitos Humanos, passei a participar das reuniões e a ajudar na organização das assembleias.

Que comparações você faria entre o Movimento de Educação e outros Movimentos como o da Terra ou de Favelas?

Padre Ticão: Esses Movimentos sempre se originam de reivindicações por condições mínimas de subsistência. A questão que deu origem ao Movimento de Educação era basicamente econômica: a cobrança da taxa da APM. Era uma quantia que, por mais que parecesse diminuta do ponto de vista da escola, ameaçava a subsistência de muitas pessoas. Dado o grau de pauperização da grande maioria dos morado-

res da nossa região, eles se mobilizam normalmente em torno de necessidades básicas.

As camadas de mais baixa renda percebem a Educação como necessidade básica?

Padre Ticão: Sem dúvida, são pessoas que têm uma marca muito forte do sofrimento. Sofrem suas péssimas condições de vida, o subemprego, os baixos salários, e associam tudo isso ao fato de não terem estudo. Claro que essa associação se baseia num mito de que a escola lhes possibilitaria uma ascensão social a nível individual. Entretanto, o fato deles relacionarem sua exclusão das oportunidades educacionais ao lugar que ocupam na sociedade não deixa de revelar uma sabedoria. A luta pela ampliação das oportunidades educacionais, nesse sentido, é uma luta contra as injustiças que estão na base de nossa sociedade.

Dentro da perspectiva da Igreja Católica de voltar-se aos setores so-

Pe. Antônio Marchioni, o Padre Ticão, é da Paróquia de São Francisco e coordena o setor pastoral de Ermelino Matarazzo. Participa da Comissão de Direitos Humanos e do Movimento da Terra.



ciais desfavorecidos incentivando sua organização, quais seriam os limites entre a Pastoral Social e o Movimento Social?

Padre Ticão: Creio que até hoje, na prática, esses limites não estão muito claros. Isso se explica por contingências históricas: vivemos 21 anos sob uma ditadura militar que destruiu todos os canais de organização e participação da sociedade civil, enquanto promovia a pauperização de grandes setores da popu-

No dia 14 de setembro de 1980, houve uma reunião de todas as pessoas que estavam participando do Movimento. Eram oitenta pessoas mais ou menos; o bispo da região, Dom Angélico, também foi. Nessa reunião foram decididas muitas providências. Era importante que o Movimento se estendesse mais, as coisas que eles estavam descobrindo não eram de interesse só dos que participavam das reuniões. Resolveram lançar um boletim onde pudessem publicar as denúncias e esclarecer à população sobre seus direitos. Fizeram uma votação e escolheram o nome **Falta de Educação** para o boletim. O número 1 saiu em novembro.

Sobre a cobrança da taxa da APM, que era o caso mais comum nas escolas e o mais descaradamente fora da lei, resolveram imprimir panfletos explicando qual era a lei. E para ninguém ficar dizendo que aquele movimento era invenção de meia dúzia de bagunceiros, lançaram um abaixo-assinado contra a cobrança da APM na hora da matrícula.

Realmente não era meia dúzia de bagunceiros. O movimento conseguiu mais de 14 mil assinaturas de pessoas que exigiam que a contribuição da APM fosse livre e que não se fizesse diferença entre as crianças que pagavam e as que não pagavam. Que as verbas recolhidas pelas APMs não fossem desviadas de seus objetivos legais. A lei diz que o objetivo principal da APM é dar assistência ao estudante carente, só que a diretora tinha que gastar quase tudo para consertos no prédio, pagamento de funcionários, compra de material de limpeza. A APM servia para livrar o governo da sua responsabilidade, que é providenciar essas

lação. A Igreja Católica, durante esse tempo, foi um dos poucos espaços que conseguiu resistir ao fechamento absoluto. Inúmeros movimentos de resistência nasceram das Pastorais Sociais, ampliaram-se, transformaram-se em Movimentos Sociais que continuam ainda hoje servindo-se dos espaços da Igreja por questões principalmente econômicas. São grupos que não têm condições financeiras para arcar com despesas de sede, material e pessoal. A Igreja dispõe de espaço físico e além disso, só na nossa região, tem 250 comunidades de base organizadas, o que garante seu poder de mobilização. A Igreja é também um ponto de referência tradicionalmente familiar à maioria das pessoas.

Acho fundamental incentivarmos os Movimentos Populares a buscarem formas de organização mais autônomas. Além de resolver os problemas de infraestrutura, terão que construir estratégias de mobilização; terão que se institucionalizar sem perder o dinamismo. Atualmente, a Zona Leste já comportaria uma

Central de Movimentos Populares, com salões e secretarias. Devemos pensar em formas de se levantar os recursos para tanto. Um outro caminho em direção à autonomia seria o que o Movimento de Saúde aqui do bairro está experimentando. Trata-se de um grupo que se organizou em torno da reivindicação de um hospital. Acompanham desde a compra do terreno até as obras. Conseguiram que, na planta, constasse uma sala exclusiva para o Movimento dentro do próprio hospital. Esse foi um passo, eles não terão mais que se reunir na Igreja, se bem que a autonomia total do Movimento dependerá principalmente do dinamismo de suas lideranças.

Como se explica o apoio da Igreja Católica à reivindicações populares por escolas públicas, tendo em vista que ela é mantenedora de tantas escolas particulares?

Padre Ticão: Esta é uma questão que estamos discutindo para a

Constituinte e já definimos um ponto: o ensino não pode ser fonte de lucro para ninguém, nem para as Igrejas, nem para os empresários, nem para instituição nenhuma. Acho que todas as escolas deveriam ser gratuitas. Se uma congregação deseja ter a sua escola que o faça com recursos repassados pelo Estado, diretores e professores sendo funcionários públicos. O ensino religioso poderia estar presente, mas as orientações básicas das escolas confessionais deveriam ser comuns às outras escolas e propostas pelo conjunto da sociedade. Uma Igreja na linha popular não deveria manter colégios como fonte de lucro, só atendendo às classes privilegiadas. Entretanto, existem setores católicos que resistem ainda em abrir mão de seus colégios, que são afinal uma propriedade, e podem ver com maus olhos esse Movimento. Sem dúvida, a reivindicação popular por escolas públicas é uma crítica e uma ameaça à escola particular, pelo menos tal como ela está organizada atualmente.

coisas com o dinheiro dos nossos impostos. E para ficar bem claro que ninguém queria que as escolas abrissem falência, no abaixo-assinado estava escrito em letras bem grandes: **QUE O ESTADO CUMpra SEU DEVER FORNECENDO MAIS VERBAS PARA A EDUCAÇÃO.**

Boletim, folheto e abaixo-assinado circularam nos bairros da Leste, nas feiras livres, nas saídas das escolas, nas casas das vizinhas. Como o problema não era só dessa ou daquela escola, o abaixo-assinado foi dirigido aos secretários da educação do Estado e Município, que poderiam responder por todas.

O Movimento estava a todo vapor. Nos meses de outubro, novembro e dezembro daquele ano ele saía quase toda a semana no jornal. Foi marcada uma grande assembléia para o dia 7 de dezembro, quando o abaixo-assinado seria entregue aos secretários. Mandaram convites por escrito aos Excelentíssimos Senhores Secretários, às delegacias de ensino e aos diretores de escola.

DEZEMBRO DE 80, REALIZA-SE A PRIMEIRA GRANDE ASSEMBLÉIA

Dia 7 de dezembro de 1980. A igreja matriz de São Miguel Paulista estava lotada. Eram mais de mil pessoas, pais, mães e criança. Quem visse se arrepiava de emoção. O altar cobria-se de faixas e cartazes: **PAGAMOS IMPOSTOS, QUEREMOS ESCOLAS, MAIS VERBAS PARA A EDUCAÇÃO.** Estavam repórteres de mais de um jornal e gente de fora que vinha dar apoio. Veio gente da UDEMO, a associação dos diretores das escolas oficiais, vieram professores, pessoal do PT, da Pastoral da Juventude, todos trazendo moções de apoio. Veio até o bispo! Só quem não veio foi o secretário da Educação.

Nesse tempo era assim: o bispo vinha, quem não vinha era o secretário. O do Estado, seu Luís Ferreira Martins, pôs até no jornal que não aceitava o convite, xingou o movimento de "insuflado de contestação". (Folha de S. Paulo, 04/11/80). Mas Dom Angélico foi e falou:

— Não é tão importante entregar o abaixo-assinado para o secretário da Educação, porque ele não está interessado em ouvir o que o povo tem a dizer. Se bem que os secretários da Educação, assim como o governa-

Os primeiros números
do boletim

Falta de Educação.



dor e o presidente da República são funcionários do povo, recebem bom dinheiro para isso. O secretário não teria feito favor de estar aqui, mas estaria cumprindo com sua obrigação.

Ninguém se conformava. A assembleia resolveu: se Maomé não vai à montanha, lá vai o povo-montanha... Não deu uma semana e dali mesmo partiu um grupo de pessoas em caravana até a Secretaria da Educação do Estado. Ficaram concentrados defronte ao portão, faixas e cartazes, e o abaixo-assinado debaixo do braço. O secretário, claro, não quis atender. Mandou um ajudante receber o documento. Tiraram ali uma comissão de pais que pediu uma audiência onde se desse alguma resposta às suas reivindicações.

A cara do seu Ferreira Martins ninguém viu, mas no dia seguinte o pessoal dele publicou no jornal: "O pagamento da taxa não é obrigatório, qualquer pai que se sinta prejudicado deve procurar a Secretaria ou Delegacias de Ensino". Como é que eles convidam os pais pelo jornal para ir à Secretaria se depois não recebem? A caravana da Zona Leste eles não tinham deixado nem passar do portão. Do portão da Secretaria o pessoal tinha voltado pra casa, mães e pais para seus serviços e as crianças para a escola. Por lá, a coisa continuava queimando.

Movimento ganha o espaço da imprensa.



Quem tem medo da diretora?

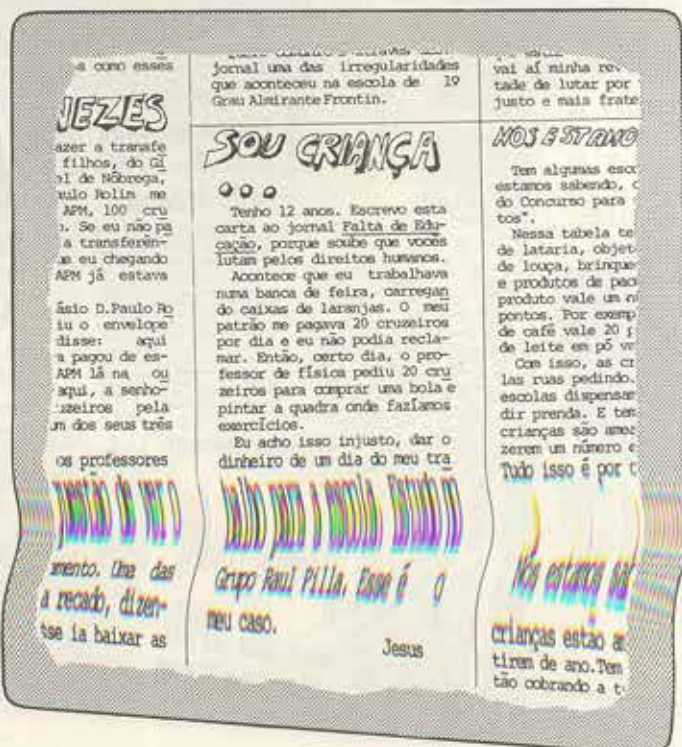
A luta contra a taxa da APM agitou a região. As mães distribuíram panfletos, publicaram boletins com denúncias e lançaram um abaixo-assinado que, depois da grande assembléia, chegou até as mãos do secretário da Educação. Tudo isso, certamente, provocaria reações em contrário. Mas resultaria também nas primeiras vitórias do Movimento.

DIRETORES DE ESCOLA REAGEM CONTRA O MOVIMENTO

Não é que teve gente que se queimou de verdade? Tinha diretoras que estavam loucas da vida. Acharam que o Movimento estava contra elas, que o Movimento era contra a escola. Se as diretoras tivessem comparecido à Assembléia de São Miguel, elas saberiam que o Movimento era muitíssimo a favor da escola, o que estavam reivindicando era a sua melhoria. Mas, de fato, a maioria das diretoras não se acostumava a ver as mães tendo alguma coisa a dizer sobre a escola. As mães, elas chamavam de analfabetas, e as escolas, elas pensavam que eram delas.

Uma das coisas que as mães tiveram que enfrentar nesse Movimento foi o medo, medo da diretora e medo de que pudesse acontecer alguma coisa ruim para os filhos. Foi um medo enorme que a Maria passou quando a diretora a chamou na escola. No boletim **Falta de Educação**, tinha sido publicada a denúncia de um menino que assinava com o nome de Jesus. Só que o nome verdadeiro do menino não era Jesus. A mãe dele tinha ficado com medo; por causa da denúncia, o menino podia ser perseguido pela diretora. Então o pessoal do Movimento não quis pôr o nome verdadeiro e inventou um outro qualquer: Jesus. Não é que nessa mesma escola tinha um outro menino que se chamava Jesus?

A história
do menino
chamado Jesus.



A Maria ficou sabendo na feira, a mãe desse tal Jesus disse que a diretora não tinha gostado da coisa, que sabia muito bem quais eram as mães que participavam do Movimento e que queria ter uma conversa séria com elas. Disse que a denúncia ia comprometer a escola, que era provocação. Maria correu até a casa da Gabriela, que morava em frente, e a Gabriela chamou a turma.

Foram todas juntas conversar com a diretora. O pavor da Maria era tanto que ela só pensava assim: "Se essa mulher me der um papel em branco eu não assino, o povo fala que se a gente assina papel em branco depois podem fazer coisas..." Ficou de olho se não havia por ali algum papel em branco que a diretora a fizesse assinar. A sorte foi que junto com elas foi a Regina, uma moça que ajudava no Movimento e que sabia falar muito bem, conversou direitinho e a diretora ficou mais calma.

Já a Onoris caiu na besteira de enfrentar a diretora sozinha. No dia que abriram a matrícula nas escolas dos filhos, ela foi para lá de madrugada com um pacotão de folhetos que ela trouxera do Monte Santo. Tinha aquela fila de mães no portão e ela começou a distribuir o panfleto com todas as explicações sobre a APM, dizendo que a taxa não era obrigatória. Deu nove horas e ela já tinha distribuído tudo, a mulherada estava toda de papelzinho na mão. Onoris foi para casa passar o café para as crianças e fazer o almoço.

Mais ou menos um mês depois, a diretora mandou chamar. Onoris foi achando que era uma conversa normal, talvez os meninos tivessem aprontado alguma, porque mãe só é chamada na escola quando o filho erra. Mas a diretora levou Onoris até a secretaria e trancou a porta, ficaram só as duas lá dentro. O que ela queria com a porta trancada? Então começou:

— Dona Onoris, é o seguinte, a senhora sabe como é, eu tenho muita paciência com os filhos de vocês, mas vocês não estão levando em consideração. Veja só, a minha APM está a zero!

Neide, Teresa,
Onoris, Dom Angélico
e Maria Aparecida.



Onoris já estava apreensiva, mas fez como se não soubesse de nada:

— E o que é que eu tenho com isso, dona Maria Alice?

— Eu soube que foi a senhora que fez uns panfletos e entregou para as mães. Ninguém me pagou a APM! O que é que eu vou fazer com a minha escola?

Onoris não sabia o que responder. Ela nem participava da Comissão dos Direitos Humanos, mas como não lhe vinha outro argumento:

— É que eu estou participando dos Direitos Humanos, eu tô é defendendo o povo!

— Puxa, a senhora não podia fazer uma coisa dessas — a diretora ia desfiando — vocês com esses Direitos Humanos, de onde vocês tiraram essa idéia de que não é obrigatório pagar a taxa de APM? A senhora distribuiu isso na fila... Agora temos que pensar em outra coisa, fazer livrinho de receita... festa junina...

Aquela conversinha mole foi agonizando cada vez mais a Onoris, a porta trancada, um medão danado. Ela só olhava para os troféus que estavam em cima de estante e calculava: "Se essa dona vier para cima de mim eu agarro um troféu desses e arrombo na cabeça dela". Só que isso não chegou a acontecer, foi só um pensamento.

Participação popular é o que transformará a escola pública

Como você começou a participar do Movimento de Educação da Zona Leste?

Marcos: Fiquei sabendo da existência desse movimento através de colegas meus aqui da região. Entretanto, só fui entrar em contato com eles quando, partindo da universidade, realizei aqui na região algumas pesquisas sobre os movimentos sociais. A partir de então, minha mulher, Maria Antônia, começou a participar das reuniões; eu mesmo comecei a participar desse grupo especificamente só no início desse ano.

Na sua opinião, qual o papel do professor na relação entre a comunidade e a escola?

Marcos: Acredito que nosso papel é incentivar de todas as formas a participação dos pais na escola. Se há alguma coisa que pode transformar a escola pública é a participação da população em todos os níveis, inclusive o pedagógico. É fundamental que o professor conheça seus alunos e o meio em que vivem, entenda o que eles falam, saiba como pensam e que tipo de preocupações

têm. Sem isso, o trabalho pedagógico do professor decai muitíssimo.

Não sendo pedagogos, nem especialistas em Matemática, Geografia, etc., como pais e alunos podem interferir na linha pedagógica da escola?

Marcos: A população não precisa ser especialista para perceber se a escola faz ou não um bom trabalho pedagógico. Os pais têm suas formas para medir o desempenho dos professores, eles sabem quando os professores faltam demais, quando não passam lição para casa, sabem quando os filhos não estão sendo assistidos. Além disso, apesar da maioria dos pais e alunos terem uma visão pouco aprofundada a respeito da função social da escola, eles têm os indicativos do que lhes interessa aprender. Eu me lembro de quando trabalhava no Mobral; nós recebíamos da Prefeitura roteiros para trabalhar com os alunos temas como higiene e alimentação, tínhamos que explicar aos alunos que deveriam tomar banho todos os dias e comer tais e tais alimentos. Um dia, um dos meus alunos falou o seguinte: "Professor, queira me des-

Marcos Mendonça mora e trabalha na Zona Leste, é professor da rede pública e militante da APEOESP — Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo.



culpar, mas não estou interessado nisso, eu sei que devo tomar banho todos os dias e me alimentar bem, só que eu trabalho o dia inteiro cavando túnel para a rede de águas e esgotos, depois, corro para um alojamento que só tem um chuveiro e venho estudar à noite. Não tenho condições de tomar banho todos os dias nem de comprar todas essas comidas que o senhor falou que são boas. O que eu queria mesmo era que o senhor me ensinasse a ler e escrever". Ainda que não de forma clara e aprofundada, esse aluno pode me dar indicadores de quais os conteúdos que são significativos para ele.

Ainda nesse tempo era assim. Tudo era muito medo, tudo era muita repressão. Porque esse tipo de conversinha mole a gente pode achar que não seja repressão, mas é um tipo de repressão, põe a pessoa medrosa. Se fosse hoje em dia, para Onoris seria diferente. Depois que ela começou a participar de Grupos de Mulheres, ir nas reuniões, ela aprendeu muita coisa. Ninguém mais põe medo nela com conversa, ela sabe argumentar.

E assim aconteceu com as outras que participavam do Movimento, na luta elas iam aprendendo as coisas, não ficavam mais enganadas. Isso de as pessoas irem ficando mais espertas é bom mesmo, obriga a repressão a diminuir. Ainda nesse tempo a coisa era na dureza. Irmã Gabriela recebia ameaças; como ela era estrangeira, diziam que ia ser expulsa do Brasil. Diziam também que os homens da ROTA, do DOPS, já tinham o nome e o endereço da Neide... Hoje essas coisas já não acontecem assim.

Mesmo a cobrança da APM, pelo menos nas escolas da região, ela não é mais feita na hora da matrícula, ela não é posta como tamanha obrigação. Mesmo assim, se a pessoa não for esperta, cai no conto do vigário. Porque existem muitos meios de se obrigar uma pessoa a fazer uma coisa sem que ela perceba. Onoris é que contava. Na escola dela,

**VITÓRIA DO
MOVIMENTO: AS
MÃES APRENDEM
MUITAS LIÇÕES**

**VITÓRIA DO
MOVIMENTO:
TAXA NÃO É MAIS
COBRADA
NA MATRÍCULA**

Você acha que essa sua opinião é comum entre os professores?

Marcos: Infelizmente não, porque a participação da população na escola questiona e ameaça aqueles professores que não estão afim de trabalhar a sério, que não se comprometem enquanto educadores. Quando estávamos discutindo a criação do Conselho de Escola Deliberativo na rede municipal, houve uma parcela substancial de professores que foi contra a participação paritária de pais e alunos. Entretanto, já temos hoje um grupo de professores de ponta, principalmente os que militam na APEOESP, que apoiam o Conselho paritário e a eleição direta para diretor de escola.

A APEOESP, enquanto entidade de classe, já tem um posicionamento a respeito disso?

Marcos: Tem sim, sua direção e os professores que participam mais de perto são favoráveis à ampla participação popular na escola. Existem pessoas que acham que a APEOESP deve ser uma entidade com finalidades unicamente sindicais e, realmente, sua luta básica tem se dado

em torno da questão salarial; apesar disso, temos também promovido congressos para discutir como está a escola pública hoje e o que queremos fazer dela.

Você mencionou o Conselho Deliberativo de Escola. Será que esse Conselho pode ser um canal efetivo de participação popular na escola?

Marcos: O diretor é uma pessoa importantíssima dentro da escola e o bom funcionamento do Conselho ainda depende muito dele. O diretor é quem tem maior controle sobre o processo de eleição dos membros, ele tem também um poder de influência muito grande nos pais e nos professores. Na escola estadual onde trabalho, que é bem mais aberta ao diálogo que a outra, a municipal, o Conselho Deliberativo está funcionando de maneira bem razoável. Por exemplo, as festas que as escolas promovem normalmente têm fins lucrativos, nesse ano, nós conseguimos aprovar que a festa junina não teria fins lucrativos. Muitos pais participaram e pudemos, inclusive, realizar no dia atividades com significado pedagógico. O Conselho deliberou também a realiza-

ção de palestras aos sábados sobre diversos temas. No Conselho foram apresentadas as contas da escola, decidimos onde seriam aplicadas as verbas e como seria distribuído o material escolar. Tudo isso me parece um grande avanço, ainda que o Conselho tenha feito deliberações com as quais eu pessoalmente não concorde, como a obrigatoriedade do uso de uniforme por razões de segurança; acharam que o uniforme poderia facilitar a identificação de pessoas estranhas na escola.

Nossa primeira reunião foi muito interessante. Estávamos decidindo qual seria o calendário escolar. Havia professores contra a programação de atividades aos sábados para pais e alunos. Quando esses mesmos professores perceberam que, sem aqueles sábados, o calendário avançaria uma semana a mais em dezembro, imediatamente mudaram de opinião. Um dos pais se levantou e disse que achava lamentável que a programação do sábado tivesse só esse espírito de matar uma semana de aulas regulares. Acho ótimo que os pais possam assistir esse tipo de procedimento e tirar suas conclusões.

TRABALHADORES
DA EDUCAÇÃO
ORGANIZADOS
APOIAM
MOVIMENTO
DAS MÃES

os pais eram chamados para uma reunião no começo do ano. Chamar aquilo de reunião já era a primeira mentira. Como a Onoris participava de muitas reuniões no bairro, ela sabia que reunião é um lugar onde todo mundo fala. Naquela reunião da escola era só a diretora que falava e os pais escutavam. A gente poderia dizer que era uma palestra, uma aula, sei lá, reunião é que não era. E, enquanto a diretora falava, ia distribuindo papelzinhos da APM, e lá vinha a choradeira:

— Meus senhores, como os senhores podem ver, os vidros estão quebrados, a torneira está quebrada, o telhado está quebrado... Não adianta, o governo não dá mesmo a verba suficiente... Vocês **precisam** colaborar com a escola.

Onoris, que não era tonta, não esquentava a cabeça, ia-se embora e largava o papelzinho lá. Agora, outros pais e outras mães que não tinham a mesma consciência que ela ficavam sem jeito com aquele papel ali no nariz deles e acabavam pagando. Isso é uma coisa que a gente não pode fazer, cair em chantagem emocional. A gente não pode ficar com pena do governo porque ele não tem nenhuma pena da gente. Com isso de ficar com pena da diretora, com pena do governo, muita gente pode ser enganada.

Claro que ninguém queria ver a escola caindo aos pedaços, mas a obrigação de fazer a manutenção é do governo. Ninguém era contra a escola nem contra as diretoras, muito pelo contrário. O Movimento de Educação das mães da Zona Leste era a favor da escola e de todos que trabalhavam pela escola. As diretoras e aqueles professores que morrem de medo das diretoras precisavam entender isso.

Houve professores que entenderam. Alguns, inclusive, começaram a participar do Movimento. As mães, por sua vez, entenderam muito melhor os professores. Perceberam que os professores também tinham uma vida dura, ganhavam mal, nossa mãe, ganhavam uma mixaria e não tinham as mínimas condições de trabalho.

Por isso os grupos de mães deram tanto apoio à greve dos professores no ano de 1981. Os professores vieram pedir ajuda, elas emprestaram o local para fazer reuniões e participaram de tudo. Nos dias de greve, muitas delas acordaram mais cedo e foram para as esquinas mandando as crianças de volta para casa e explicando para as outras mães o motivo da greve.

Diretores, houve alguns que também entenderam. Deu no jornal: a União dos Diretores do Magistério Oficial fez uma assembléia no dia 15 de novembro de 1980. Nessa assembléia, eles discutiram as APMs e disseram que as taxas eram mesmo enganação do governo. Os diretores recebiam pressões da Secretaria da Educação para cobrar a taxa e acabavam, sem querer, fazendo esse papel de "agentes do Estado". Nessa assembléia, a União dos Diretores aprovou uma moção de apoio ao Movimento de Mães da Zona Leste. Claro que os diretores que ficaram a favor foram só esses que participam dos movimentos, das assembléias... enfim, só aqueles diretores mais inteligentes, que não se deixam enganar.

Entre o Movimento de Educação e as escolas houve muito desentendimento. Mas a população começava a entender melhor as coisas. No Jardim das Oliveiras, o grupo de pais que se engajara na luta contra a obrigatoriedade da taxa foi mais além, decidiu entrar na APM tentando fazer dela o que a lei dizia: um caminho através do qual a comunidade pudesse colaborar com diretores e professores na melhoria da escola. Foram dois anos de trabalho marcados por sérios conflitos entre os pais e a direção. Pressionados, os pais acabaram se retirando da APM. Mas valeu, alguma coisa eles deixaram ali, alguma coisa eles aprenderam ali.

Lutando pela escola, ninguém tira zero

As mães conseguiram que seus filhos fossem matriculados nas escolas sem pagar a taxa da APM. Na luta elas aprenderam muitas coisas e descobriram quanto havia por ser feito pela escola. É por isso que esperavam tão ansiosamente pela resposta do secretário da Educação às reivindicações que constavam no abaixo-assinado.

Nota zero ninguém gosta de tirar. O zero é realmente um número que às vezes atrapalha a vida. Por exemplo, se a gente vai fazer uma conta e os números têm muitos zeros já fica mais difícil, precisa prestar um tanto a mais de atenção. Foi enorme a atrapalhão da Neide e da Teresa por causa de um punhado de zeros.

Isso foi quando elas voltaram à Secretaria da Educação. A primeira vez que elas tinham estado lá fora para entregar o abaixo-assinado com as reivindicações do Movimento, exigindo que o secretário se pronunciasse. Assim, no dia 15 de janeiro de 1981, foram as duas receber um documento com a resposta da Secretaria. Elas receberam o documento e voltaram para casa. Era um ofício de três ou quatro páginas. No ônibus mesmo elas começaram a folheá-lo. Era uma linguagem complicadíssima.

O boletim
Falta de Educação
divulga e pesquisa.



ma que as duas mal entendiam. Dizia algo sobre o quanto a Secretaria da Educação fazia pela educação do povo e o quanto eles gastavam todo ano. Tinha um monte de zero, zero, zero...

MOVIMENTO DECIFRA RESPOSTA DO SECRETÁRIO

As mães voltaram a se reunir para estudar o documento lá em São Miguel. Chamaram quem pudesse ajudar a decifrar aquela linguagem complicada. Trocando em miúdos, o que o secretário respondia era o seguinte:

1. Que as verbas para a educação aumentavam a cada ano e davam conta das necessidades da população.
2. Que todas as crianças conseguem matricular-se nas escolas do Estado.
3. Que não foi verificado nenhum caso de condicionamento da matrícula ao pagamento de qualquer taxa.

As respostas número 2 e 3 elas já sabiam, pela própria experiência, que não eram verdadeiras. Ou o secretário andava muito mal informado ou estava mentindo deslavado. Já a resposta número 1, sobre as verbas, era preciso estudar mais. No documento o secretário citava os orçamentos dos últimos anos. Como os números tinham muitos zeros, ficava difícil uma pessoa qualquer ter a noção de quanto aquilo valia. Qualquer dona de casa sabe quanto uma casa gasta por mês, mas quanto será que deve gastar uma Secretaria da Educação para manter escolas para toda a população de São Paulo? O documento dizia quanto o governo tinha gastado com educação em cada ano:

Ano 1977	Cr\$ 15.000.000.000 (15 bilhões de cruzeiros)
Ano 1978	Cr\$ 23.000.000.000 (23 bilhões de cruzeiros)
Ano 1979	Cr\$ 39.000.000.000 (39 bilhões de cruzeiros)
Ano 1980	Cr\$ 45.000.000.000 (45 bilhões de cruzeiros)
Ano 1981	Cr\$ 82.000.000.000 (82 bilhões de cruzeiros)

NÚMEROS REVELAM QUE A EDUCAÇÃO VAI MAL

Pessoas que não estão acostumadas a mexer com bilhões e bilhões de dinheiro poderiam achar que era muito, que a cada ano as escolas ficavam mais milionárias. Mas não era bem assim. Naqueles anos a inflação andava altíssima; se a gentedescontasse a inflação, os números já mudavam de figura:

Ano 1977	73 milhões de ORTNs
Ano 1978	87 milhões de ORTNs
Ano 1979	101 milhões de ORTNs
Ano 1980	76 milhões de ORTNs
Ano 1981	79 milhões de ORTNs

A pessoa, sabendo mexer com os zeros, logo descobria que o orçamento para a educação no Estado de São Paulo tinha até diminuído do ano de 1979 para o de 1981. Em 1979, o governo de São Paulo gastou 18,21% do seu orçamento com a Secretaria da Educação e, em 1981, apenas 13,24%. (**Folha de São Paulo**, 11/11/80).

Realmente, estudando os números, a gente descobre que é uma miséria o que o governo brasileiro gasta com a nossa educação. Nos anos do governo militar, a situação piorou muitíssimo: o orçamento do Ministério da Educação e Cultura caiu entre os anos de 1967 e 1981 de 8,7% para 4,9% do orçamento geral da União.

Ainda hoje, a coisa não anda direita. Em 1983, foi aprovada uma lei, a emenda do senador João Calmon, que obriga o governo federal a gastar 13% de sua receita de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino. Essa lei tem sido desprezada, como mostram os números, apesar dos técnicos da Secretaria do Planejamento afirmarem que gastam até mais do que isso. É que eles incluem, como despesa com Educação,

o dinheiro que se gasta com treinamento de militares do Exército, Marinha e Aeronáutica, além de encargos que deveriam ser da Previdência Social.

Enquanto o Governo desvia o dinheiro que deveria ser gasto nas escolas do povo, os números continuam dizendo o quanto há por ser feito para que o Brasil tenha o mínimo em termos de educação, pelo menos o mínimo tido como obrigatório pela lei, que é o ensino básico para a população de 7 a 14 anos. No Brasil, 33% dessa população está fora da escola e o resultado disso é que, num estado rico como São Paulo temos ainda 13% da população analfabeta. Nos outros estados, pior: no Maranhão, no Piauí e na Paraíba, por exemplo, a metade da população não sabe ler e escrever. (IBGE-CENSO/1980)

Para a coordenação do Movimento, ficava cada vez mais claro que a questão da taxa da APM era apenas um dos muitos problemas que o povo enfrentava para conseguir se educar. Foram percebendo que o problema educacional era bem complexo, envolvia questões políticas e econômicas, era mais um fator na situação de exploração em que vive a maior parte do povo brasileiro.

Tudo indicava que aquilo era apenas um pedacinho de uma grande luta popular pela escola. Valia a pena saber se essa era também a opinião da maioria. Como a carta ao secretário tinha mais de 14 mil assinaturas, a sua resposta deveria ser lida e estudada também por um número grande de pessoas. A Coordenação do Movimento resolveu publicar a resposta do secretário numa linguagem mais simples para que todos pudessem entendê-la e estudá-la.

Então, no mês de fevereiro de 1981, o Boletim **Falta de Educação** saiu dizendo assim: **URGENTE — Secretário da Educação do Estado responde às mães da Zona Leste. Discutam nos grupos de trabalho e dêem suas opiniões sobre o que respondeu o Secretário. O relato das conclusões deve ser enviado à Coordenação.**

COMUNIDADES ESTUDAM A RESPOSTA DO SECRETÁRIO

Escola Estadual Pedro Alcântara, uma das indicadas pelo Movimento para abertura de 2º grau.



Vera Masagão

Foram muitos os grupos de mães que discutiram as colocações do Secretário comparando-as com tudo que sabiam por experiência ou por conhecimento. Durante todo o semestre desse ano, a Coordenação do Movimento de Educação recebeu relatórios com as conclusões dos grupos de mães. Fizeram um resumo deles e enviaram de volta ao secretário. Dessa vez, a população não se calaria tão facilmente:

— Senhor Secretário, se há tantas vagas nas escolas, por que há tanta criança fora delas?

— Por que há jovens e crianças que têm que tomar duas conduções para estudar nos bairros distantes?

— Se o dinheiro que os senhores gastam com a educação do povo é tão grande, por que as escolas têm que arrancar dinheiro do povo cobrando taxas e promovendo festinhas? Por que o salário dos professores é tão baixo?

MOVIMENTO PESQUISA A SITUAÇÃO DO ENSINO NA REGIÃO

Cada vez mais, os grupos de mães aprofundavam seus estudos sobre a Educação no Brasil, partido da situação vivida por elas nos bairros da Zona Leste. Em cada discussão, novos problemas eram levantados, dificuldades que as escolas enfrentavam e carências da população que não eram atendidas. Era preciso organizar aquilo tudo para que o Movimento de Educação pudesse saber qual deveria ser o próximo passo da sua luta por escolas.

Foi então que resolveram fazer uma pesquisa na região, através da qual pudessem descobrir quais eram as necessidades mais urgentes. Em junho de 1981, lá foi o **Falta de Educação** outra vez:

VAMOS PESQUISAR — a situação do Ensino na Zona Leste:

— *Alguma criança ou jovem da sua casa está sem estudar? Por quê? Os que estudam já repetiram alguma série? Qual?*

— *Como está a conservação da escola do seu bairro?*

— *A escola do seu bairro funciona à noite?*

— *A escola cobra alguma taxa? Você participa das reuniões da escola?*

E assim por diante...

Essas perguntas deveriam ser feitas para um bom número de moradores do bairro. Depois, a coordenação do Movimento tabularia os resultados, analisaria cada uma das questões e, no fim, teria ali uma medida de quais eram as principais necessidades do bairro naquele momento.

Trabalhar e estudar... onde?

Discutindo em suas comunidades, as mães chegaram a uma conclusão: o discurso do Governo de que a escola pública estava aberta a todos não era verdade. Os moradores da região é que sabiam o que lhes faltava. Eles mesmos teriam que pesquisar o que havia de errado na escola.

Esse trabalho não foi moleza. Primeiro, fizeram mais de uma reunião para decidir quais as perguntas que deveriam constar da pesquisa. Decidiram que, para se ter uma boa mostra, seria necessário que se entrevistassem por volta de 500 pessoas. A coordenação do Movimento convidou todos que pudessem ajudar nesse trabalho. Distribuíram as pesquisas nas várias comunidades. A maioria foi feita através dos grupos de mães.

A Neide, que tanto se envolvera com os assuntos da educação desde o início do Movimento, foi uma das que mais se dedicou a esse trabalho. Ela entrevistava as pessoas e, para aquelas que não conheciam o Movimento de Educação, ela contava como tinha sido a luta contra a cobrança da taxa da APM, a assembléia e a resposta do secretário. Os entrevistados aproveitavam para dizer coisas da escola, contavam casos e faziam reclamações.

Ao todo foram feitas 570 pesquisas. Os resultados mostravam uma série de problemas. Normalmente, o estado de conservação das escolas era péssimo. Uma questão que espantou muita gente foi quanto ao número de alunos que tinham repetido alguma série, às vezes mais de uma.

Essas descobertas foram muito importantes. Muitos pais, quando um filho repete o ano, acham que a culpa é dele, que o menino é vagabundo ou que tem a cabeça muito dura. Tem pai que até gasta dinheiro em remédio para ver se a cabeça do filho amolece um pouco. Estudando os resultados das pesquisas, esses pais descobririam que os culpados pela repetência não podem ser só seus filhos, já que há tantos alunos que repetem o ano. Essas pesquisas foram mais uma forma do Movimento mostrar à população da Zona Leste que a falta de estudo não é problema particular de cada um, é um problema de todos e só pode ser resolvido por todos.

Essa era a proposta do Movimento de Educação da Zona Leste: reunir as pessoas para que juntos pudessem resolver problemas que sozinho ninguém resolve. Por isso, dos resultados das pesquisas, foi destacado o problema apontado pelo maior número de pessoas: o curso noturno. Havia duas perguntas sobre isso:

1. O curso noturno funciona na escola do seu bairro?

Dos 570 entrevistados, 212 responderam que não.

2. Você acha importante o curso noturno no bairro?

Dos 570, 553 responderam que sim.

PESQUISA
DEMONSTRA
PRECARIEDADE
DAS ESCOLAS

FALTA CURSOS NOTURNOS PARA O ESTUDANTE TRABALHADOR

O curso noturno parecia ser o principal interesse naquele momento. De fato, era um problema que já havia sido levantado em diversas reuniões e na própria assembléia. Na região, havia muitos jovens que precisavam trabalhar e que, por falta de uma escola próxima, eram obrigados a matricular-se em escolas distantes de casa. Estudar à noite, depois de um dia todo de trabalho, já não era fácil. Tendo ainda que enfrentar condução e o perigo de andar pela rua à noite, muitos deles desistiam da escola até.

Nas reuniões do Movimento, esse assunto começou a ser discutido. Porque, realmente, a maioria das famílias dos bairros da periferia não levava uma vida muito folgada. Só o salário do pai não dá para a família toda, os jovens são obrigados a trabalhar desde cedo para ajudar em casa. Obrigados a trabalhar, esses jovens têm duas opções: ou estudam à noite ou abandonam a escola de uma vez. Se essa é a situação da maioria dos jovens brasileiros, por que há tantas escolas fechadas no período noturno? Quantos jovens brasileiros vocês acham que têm condições de ficar sem trabalhar até os dezoito anos? De que adianta o Governo prometer escolas para todos se ele não garante as condições para que os mais pobres possam frequentar a escola?

A coordenação do Movimento resolveu visitar escolas da região para ter uma idéia do problema. Não chegaram a visitar todas, fizeram um levantamento limitado, só para ter uma amostragem. Isso foi o suficiente para serem apontadas doze escolas da região que, naquela época, agosto de 1982, não mantinham cursos no período noturno.

**A ESCOLA
RESISTE
EM ABRIR
SUAS PORTAS**

Durante essas visitas, Neide, que era um das coordenadoras mais atuantes do Movimento, teve a oportunidade de conversar com algumas diretoras sobre o porquê das escolas ficarem fechadas à noite. Neide logo percebeu que a maioria das diretoras não queria nem ouvir falar de curso noturno. Davam todo tipo de desculpa:

- Curso noturno só dá problema.
- Não tem professor nem funcionário para trabalhar à noite.
- Já temos muito trabalho de dia, a noite é para descansar.
- Curso noturno? Deus me livre! No período noturno só dá aluno bagunceiro, bandido e maconheiro.

O Movimento continuava convocando reuniões para discutir a questão com a população.

- Será que está certo as escolas do bairro ficarem fechadas à noite e tantos jovens sem poder estudar?

- E que história é essa? Então a juventude trabalhadora é bagunçei-

Vera Macagnolo



Alunos da Escola
Estadual de 2º grau
Ermelino Matarazzo

ra, bandida e maconheira? Isso é puro preconceito dessa diretora, preconceito contra gente que tem que dar duro para viver.

— A gente não pode negar que os cursos noturnos têm problemas, a violência é maior, os alunos estão cansados, quase não têm tempo de estudar. Mas, se há problemas, o que temos que fazer é resolvê-los e não fechar os cursos. Ninguém estuda à noite porque quer, a pessoa é obrigada pelas condições financeiras. Para o trabalhador é a única chance.

Durante as discussões, ia ficando claro que, como sempre, havia um desinteresse das autoridades pelos problemas da população mais carente. Era como na questão da APM, as coisas vão indo de um jeito que sempre é mais desvantajoso para aqueles que já estão em desvantagem. Assim, sem que os menos vivos se dessem conta, era cometida uma grande injustiça: a maioria dos jovens estava sendo impedida de estudar.

Se há uma coisa que o povo não suporta é injustiça, e é o que mais se vê por aí. Mas muita gente, por essa época, já tinha aprendido a não sofrer uma injustiça de boca fechada. Se na Zona Leste havia falta de cursos noturnos, os moradores da Zona Leste iam lutar por eles. Para o movimento de Educação aquele era um novo desafio:

— Vamos fazer reuniões, vamos soltar boletins, vamos organizar o pessoal, vamos até a Secretaria da Educação. Vamos levar essa luta até o fim.

Essa era a disposição daqueles que acompanhavam o Movimento mais de perto. Alguns já participavam dele desde a luta pela APM, outros vinham de outros grupos organizados da região, da Pastoral da Juventude, do Movimento pela Terra, do Movimento de Saúde, das associações de moradores e dos clubes de mães. Muitos já tinham, então, alguma experiência nesse tipo de organização e já sabiam as dificuldades que a população enfrentava para se fazer ouvir pelas autoridades.

Todos sabiam que não bastava ir dois ou três à Secretaria pedir cursos noturnos porque jamais seriam atendidos. Os secretários e seus assessores sempre têm seus argumentos:

— Nós aqui da Secretaria entendemos os problemas da população, mas infelizmente no momento não vai ser possível. Nós não temos verbas. Vocês precisam de um posto de saúde? Nós poderíamos construir mas infelizmente não temos o terreno. Vocês precisam de casa para morar? Infelizmente não é possível, o governo tem muitos problemas para resolver. Querem fiscalização nos loteamentos? Sinto muito, mas não temos condições. Cursos noturnos? Não é possível, as escolas estão lotadas, não temos verbas para construir outras. Vocês sabem quantos bilhões o Governo já gastou com postos de saúde, escolas, etc... etc.. Porque o BNH construiu tantas e tantas casas, e a CONESP construiu tantas e tantas escolas, e o orçamento para a saúde é tantos e tantos...

Todos os que já tinham participado de algum movimento no bairro conheciam essa conversa. Se o Movimento de Educação não fundamentasse muito bem as suas reivindicações, se não tivesse provas de que elas podiam ser atendidas e se não pressionassem a Secretaria com a participação de muitos moradores, dificilmente eles conseguiriam a vitória. Foi por isso que a coordenação decidiu fazer um levantamento detalhado de todas as escolas da região que não funcionavam à noite. A Secretaria não poderia argumentar falta de verbas para construir, se havia tantas salas de aula ociosas, desperdiçadas. Decidiram também fazer um levantamento do número de alunos que estavam cursando a 8ª série e que ficariam sem escola no ano seguinte, se as vagas para o 2º grau não fossem ampliadas no período noturno.

A partir de então, iniciou-se um longo trabalho. O movimento organi-

DESPONTA UMA NOVA LUTA: 2º GRAU NOTURNO

NAS ESCOLAS, HÁ ESPAÇOS QUE PODEM SER OCUPADOS

zou grupos para visitar as escolas e levantar os dados necessários. Nem sempre as diretoras colaboravam. Muitas informações foram conseguidas pelos próprios alunos da escola que simpatizavam com o Movimento. De escola em escola, o levantamento ia sendo feito, um trabalho difícil e demorado que durou mais de um ano. Durante todo esse tempo, algumas reuniões foram feitas. A coordenação do Movimento convidou pessoas para discutir com eles e orientar o trabalho.

Democratização da escola nasce da ação dos movimentos populares

Como foram seus primeiros contatos com os movimentos populares da Zona Leste organizados em torno da escola?

Cecília: No tempo em que eu estava na presidência da UDEMO, tivemos notícia do movimento de mães contra o pagamento obrigatório da taxa da APM. Estivemos lá em algumas reuniões e assembleias, dando nosso apoio em nome da entidade dos diretores. Mais tarde, ainda durante o governo Maluf, eu fui suspensa por 30 dias por participar de uma greve. Um grupo de mulheres do Jardim São Carlos, dessa mesma região, me chamou para uma reunião como forma de apoio e solidariedade. Essa reunião foi bastante marcante para mim. Elas disseram coisas sobre as quais eu jamais tinha pensado, coisas que a gente não conseguia captar só a partir da perspectiva interna da escola. Elas mostraram como determinados procedimentos nossos interferiam na vida de suas famílias. Criticaram muito, por exemplo, o fato dos alunos serem incentivados a levarem prendas para as festas juninas através de competições entre as classes. Esse era um procedimento comum na minha escola e eu fazia isso na melhor das intenções. Outro aspecto que me ficou muito claro foi o quanto a escola fecha suas portas para os pais. Eles não eram esclarecidos sobre aspectos básicos do funcionamento escolar. Se percebiam algo errado, tinham medo de ir reclamar achando que seus filhos poderiam sofrer perseguições.

Eu e mais alguns colegas da UDEMO nos dispusemos a participar de reuniões desses grupos de mulheres com o objetivo de esclarecê-las sobre aspectos do funcionamento das escolas e ajudá-las a pensar co-

mo poderiam atuar de forma mais eficiente para interferir nelas. O contato com esses grupos foi muito valioso para mim em termos profissionais, ajudou-me a compreender melhor qual era meu papel na direção da escola. Por outro lado, sabia que a maioria dos diretores temia a participação dos pais, especialmente na Zona Leste, porque o pessoal questionava muito, na medida em que eles tinham mais informações da escola, eles eram mais críticos e faziam as denúncias. Era como se a participação dos pais destruísse a ordem aparente que normalmente as escolas se esforçam em manter. Parece que a função do diretor acabava sendo manter essa "ordem", que nada tinha a ver com a população que atendia nem mesmo com o trabalho pedagógico.

Você acha possível mudar essa mentalidade do diretor da escola?

Cecília: Acho, mas a própria posição que ele ocupa dentro da escola dificulta muito. Ele é o representante da administração do Estado dentro da unidade escolar, ele é o encarregado de transmitir as ordens. Nesses últimos anos, a carga de papelada, de trabalho burocrático que ele é obrigado a executar impede que tenha tempo para atender os pais ou planejar trabalhos conjuntos com toda a equipe da escola. O diretor fica mais ocupado em prestar informações para os órgãos centrais do que em desenvolver um trabalho para dentro da escola. Por tudo isso, acho importantíssimo que o diretor procure abrir esse diálogo com os professores e com a comunidade que atende, só assim ele deixa de ser esse cumpridor de ordens mecânicas, podendo desenvolver um trabalho mais sério, inclusive muito mais gratificante. Fundamental também é que os diretores parti-

Cecília Guarani
foi presidente
da UDEMO —
União dos
Diretores de
Escola do
Magistério Oficial.
Em 1983 assumiu
a direção da
COGSP —
Coordenadoria de Ensino da Grande
São Paulo — afastando-se
um ano depois.



cipem de sua entidade de classe. Lá eles podem discutir seus problemas com seus iguais e voltar à escola com uma visão mais aprofundada de seu papel. A UDEMO naquela época estava crescendo, mas havia muitos diretores que fugiam dela porque uma postura mais aberta exige necessariamente maior envolvimento.

A partir do momento em que você assumiu a direção da COGSP, um órgão administrativo, foi possível manter esse diálogo com os movimentos populares?

Cecília: Em primeiro lugar, é preciso que eu diga que aceitei ocupar esse cargo porque, depois de tanto tempo lutando pela escola pública sob um regime autoritário e centralizador, eu acreditei no discurso do novo governo, que falava em participação e descentralização, vi com muita esperança essa possibilidade de transformação. Aceitei esse cargo na administração pública consciente de que eu era alguém da unidade-escola e que representava uma entidade de classe. Eu estava lá a serviço delas, certa de que só conseguiria fazer alguma coisa de positivo se se mantivesse essa ligação com os que trabalhavam nas escolas e os que se serviam dela. Eu e uma equipe que pensava da mesma forma

Às vezes o pessoal desanimava. Como todo movimento como esse, há fases de muita agitação, como tinha sido a luta contra a taxa da APM, depois, até o pessoal tomar fôlego para uma nova luta, custava um pouco. Alguns se afastavam do Movimento deixando todo o trabalho nas mãos de uns poucos que, sozinhos, não tinham muita força. O importante era que aqueles poucos não desanimassem. Se a reivindicação fosse mesmo importante, logo o Movimento ganhava força outra vez.

MOVIMENTO ENCONTRA DIFICULDADES

e dos educadores organizados

atendemos diversos grupos que vinham até a COGSP fazendo reivindicações. Muitas vezes nós é que iam visitar esses grupos nos bairros periféricos da cidade. Incentivei muito o pessoal administrativo a ir aos bairros da periferia, era importante eles conhecerem sua realidade. Nessa época, o Movimento de Educação da Zona Leste estava reivindicando o 2º grau, fizeram um levantamento de escolas ociosas no período noturno e nós trabalhamos esses dados junto com eles para que fosse possível encaminhar a reivindicação.

Você acha que a ampliação dos cursos noturnos que ocorreu nessa época resultou da pressão dos movimentos populares?

Cecília: Foi resultado da pressão dos movimentos populares, de diretores e professores mais conscientes, principalmente da UDEMO e da APEOESP. Nós estávamos divulgando, através dessas entidades, a importância do curso noturno para atender a população mais carente que era obrigada a trabalhar durante o dia. Percebíamos também que os cursos noturnos existentes eram de segunda categoria e lutamos pela sua melhoria. Conseguimos re-

curso financeiros para as escolas que se interessassem por executar projetos experimentais no sentido de aumentar a qualidade desses cursos, adaptando-os à sua clientela.

Sem dúvida, as reivindicações da população trabalhadora vinham no mesmo sentido, reforçando essa mesma proposta.

A abertura da rede pública para o ensino de suplência é resultado do mesmo processo?

Cecília: Exatamente. Na grande São Paulo, os adultos e jovens que não tiveram condições de concluir o 1º grau na idade regular estavam completamente desassistidos pela rede pública. Os alunos que saíam do Mobral também não tinham destinação, só havia supletivos particulares, caros e geralmente de baixíssima qualidade. A criação de cursos supletivos públicos era uma reivindicação que os grupos populares levavam constantemente à Secretaria. Contra a pressão dos donos de escolas particulares e contra a própria orientação da Secretaria, começamos a reunir pessoas de várias regionais que estavam interessadas na implantação do supletivo na rede

pública. Antes que o projeto fosse aprovado, eu tive que me afastar da COGSP porque me recusei a adotar medidas repressivas contra uma greve de professores. Mas a pressão popular continuou e o pessoal que tinha se envolvido no projeto mais os que vieram depois de mim, conseguiram tocá-lo para frente e finalmente os cursos supletivos saíram.

Como você avalia sua atuação na COGSP nessa perspectiva de democratização e participação?

Cecília: Na minha opinião, a democratização da escola só é possível com a participação da população e do pessoal que trabalha diretamente nas unidades. Eu acreditava que essas pessoas tinham realmente algo de substancial a dizer. A maioria do meu tempo eu dediquei ao estabelecimento desse diálogo, recebíamos os grupos e, em muitos fins de semana, nós mesmos fomos visitá-los. O ponto de vista do movimento social era importantíssimo, ainda que ele não expressasse suas idéias na mesma lógica da administração. A democratização da escola teria que nascer dessa relação. Entretanto, muitas pessoas de dentro da Secretaria acusavam a minha atuação de basista. Na minha opinião, eu estava sendo coerente com o que acredito e com o discurso apregoado por aquela administração: a democracia e a participação. Acho também que uma coisa é você ouvir a população e as entidades de classe, discutir com eles, elaborar conjuntamente suas propostas e promover sua viabilização; outra coisa bem diferente é você acreditar que já sabe tudo que deve ser feito pela escola e achar que pode fazer pelos outros, impor propostas prontas porque os outros são todos incompetentes.

Antonio Asphorim



Nas negociações com a secretaria, a reivindicação por cursos supletivos públicos

Enquanto isso, a juventude...

O 2º grau noturno foi apontado como necessidade prioritária pelos moradores da Zona Leste. Iniciou-se uma pesquisa para localizar as escolas que tinham salas ociosas a noite. Mas o Movimento enfrentava momentos difíceis, a maioria dos participante se dispersara. Para que conseguissem mais uma vitória, seria necessário reunir novas forças.

Dito e feito. Em julho de 1984, o Movimento de Educação da Zona Leste ganharia sangue novo. Foi com a 5ª Semana de Jovens organizada pela Pastoral da Juventude. A Pastoral sempre organizava essas Semanas durante as férias, com debates, palestras e projeções de slides sobre temas que interessavam os jovens: trabalho, escola, relacionamento com os pais, tóxicos... Desenvolver esse tipo de discussão entre os jovens da região era o principal trabalho da Pastoral. Foi já na 4ª Semana que o pessoal resolveu dar prioridade para um desses temas. Foi o Maurílio que falou durante a reunião:

— Às vezes eu não consigo pôr o sentido de tudo isso na minha cabeça. A gente fala, fala, fala mas não faz nada.

E o Paulinho:

— É isso. A gente tem que resolver alguma coisa. Tem que encarar uma luta.

PASTORAL DA JUVENTUDE ASSUME A LUTA PELO 2º GRAU

Concordaram. Foi feita uma votação. A maioria se identificava com o tema Educação. Eram muitos os que terminavam o 1º grau e não encontravam vagas nas escolas que ofereciam o 2º grau. Para se conseguir uma vaga era preciso passar pelo "Vestibulinho", um exame que escolhia uns poucos e deixava a maioria de fora. Decidiu-se que na próxima Semana de Jovens eles aprofundariam esse tema e iniciaram sua luta pelo 2º grau. Muitos já conheciam o Movimento de Educação da Zona Leste e juntos eles programaram a 5ª Semana.

- 2ª FEIRA — *A Educação no Brasil e na América Latina* — Mesa redonda com D. Angélico, a jornalista Irede Cardoso, Prof.ª Cidinha e outros. Responsáveis: pessoal de Pedro Nunes e Parque Cruzeiro.
- 3ª FEIRA — *Como anda o ensino na nossa região?* — Debate com a participação de diretores e professores. Responsáveis: pessoal da Sagrada Família e Jardim Verônia.
- 4ª FEIRA — *Quais as soluções da Secretaria da Educação?* — Debate com autoridades da Secretaria, COGESP, CONESP e Delegacia de Ensino. Responsáveis: pessoal de São Miguel (grupo de mulheres e Cristo Redentor).
- 5ª FEIRA — *A luta pela Educação na Zona Leste* — Experiências de várias comunidades. Responsáveis: pessoal do São Francisco e Buturussu.

6.ª FEIRA — *Avaliação das lutas por Educação, Organização da Assembleia de Educação — a luta pelo 2.º grau. Responsáveis: pessoal de Monte Santo e Paranaguá.*

SÁBADO — *Festa. Responsáveis: todos.*

A semana foi um sucesso. Os jovens se uniram aos grupos de mães e auxiliaram na finalização do levantamento das salas ociosas. Tinham também o número de jovens candidatos ao 2º grau. Aproximadamente na mesma época em que o Movimento iniciara o levantamento nas Escolas da Zona Leste, uma equipe da Fundação Carlos Chagas concluía uma pesquisa sobre o ensino de 2º grau no Município de São Paulo. Os dados levantados por pesquisadores profissionais confirmaram a validade da pesquisa feita pelo Movimento nas escolas do bairro: 65% dos jovens de 15 a 18 anos que viviam no município de São Paulo estavam fora da escola. Em todo município só havia 203 escolas públicas de 2º grau. Evidentemente, a situação piorava nos bairros da periferia. Em Ermelino Matarazzo e Cangaíba, 86% dos jovens de 15 a 18 estavam excluídos da escola. Para os 28.647 jovens dessa idade que moravam na região, existiam apenas seis escolas públicas de 2º grau. (Folha de São Paulo, 26/09/82).

Dados que fundamentassem a reivindicação não faltavam. A Secretaria tampouco poderia alegar falta de verbas já que o Movimento tinha a relação das salas ociosas em cada uma das Delegacias de Ensino da região, 9ª, 10ª e 11ª. Tudo tinha sido feito com a máxima eficiência. Aquele era o resultado de um longo período de trabalho.

Visitaram escola por escola, conversaram com diretores, professores e alunos. Com o passar do tempo, conseguiram o apoio de algumas pessoas nas Delegacias que passaram alguns dados, mas a maioria das informações foi conseguida diretamente na escola. Essa experiência de visitar as escolas e conversar com diretores e professores ensinou muito aos participantes do Movimento. Cada vez compreendiam mais o funcionamento das escolas e das delegacias de ensino, preparavam sólidos argumentos para levar à Secretaria.

No dia 10 de setembro de 1984, o Movimento enviou ao Secretário da Educação do Estado o resultado de todo esse trabalho. No documento,

**COM OS JOVENS,
MOVIMENTO
COMPLETA
LEVANTAMENTO
DAS SALAS
OCIOSAS.**

Marquinhos e Maurílio,
jovens que se integraram
ao Movimento.

Vera Masagão



expunham-se todas as justificativas do Movimento e um projeto de implantação de cursos de 2º grau nas escolas que tinham condições de acolhê-los. Fazia-se também um convite formal ao secretário, então, Dr. Paulo Renato de Sousa, para que comparecesse à Assembléia que estava sendo organizada para o mês seguinte, dia 28 de outubro. Tendo tido o tempo suficiente para estudar as propostas do Movimento, o secretário deveria levar à Assembléia respostas concretas às necessidades dos jovens da Zona Leste.

SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO NÃO COMPARECE À ASSEMBLÉIA

A assembléia aconteceu na Igreja de São Pedro na Cidade Pedro Nunes. A população lotou os bancos. Desta vez, compareceram diretores da COGESP, da DRECAP II, a delegada de ensino da 10ª regional e um diretor de escola. Foram discutidas as dificuldades enfrentadas pelos jovens para ingressar nas poucas escolas de 2º grau e as providências que as delegacias poderiam tomar. Da Secretaria da Educação, só representantes. O secretário mesmo, o único que poderia tomar decisões sobre a implantação de novos cursos, não compareceu. Como na outra Assembléia.

O Movimento, entretanto, já sabia o que fazer. Para o dia 9 de novembro marcaram uma caravana até a Secretaria da Educação. Se Maomé não vai a montanha... E, dessa vez, conseguiram passar do portão. Eram 150 pessoas concentradas na Praça da República, em frente à Secretaria. Utilizando-se de alto falantes, os participantes explicavam à população o motivo daquela caravana. Muita gente parava para ver e escutar. O pessoal da Secretaria acabou achando melhor atendê-los, melhor do que o povo ocupar a praça.



Assembléia na Igreja São Pedro, na Cidade Pedro Nunes, 28 de outubro de 1984.

Entraram todos no auditório Caetano de Campos. Chamavam pelo Secretário, mas nada dele aparecer, dizia que estava ocupadíssimo e mandou um assessor para atendê-los. Utilizando-se de cartazes que haviam preparado, os representantes dos diversos bairros fizeram, mais uma vez, de forma organizada e minuciosa, a exposição do projeto de implantação dos cursos, com o número de salas ociosas por escola. O assessor do Secretário explicou que já tinham sido tomadas algumas providências que abriam a possibilidade de implantação de cursos de 2º grau nas escolas onde já funcionava o 1º. Das escolas indicadas pelo Movimento, ele só garantia a instalação do 2º grau em quatro. A reunião durou até meio-dia, discutiu-se ponto por ponto, escola por escola. Nada do Secretário aparecer.

Na saída, a coordenação já tinha combinado com os repórteres da rádio Capital um programa ao vivo sobre o Movimento. Foi preciso isso, que Neide e Cleide estivessem no ar, contando para os ouvintes da Rádio Capital que a população da Zona Leste queria estudar e o Secretário da Educação não se dignava a atendê-la. Foi preciso isso para que enfim elas conseguissem falar com o Sr. Paulo Renato, ainda assim pelo telefone.

— Alô, senhor Secretário da Educação?

— Alô, alô, população da Zona Leste.

— Alô, alô, ouvintes da rádio Capital.

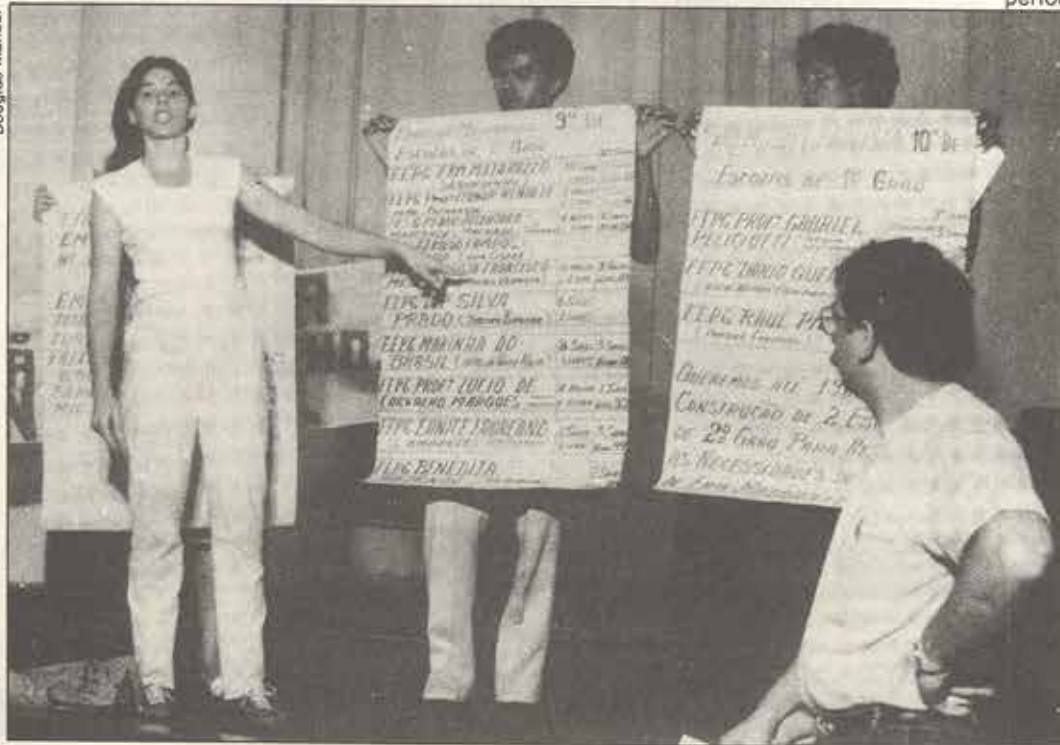
— Alô, Secretário, a população da Zona Leste está aqui em frente à Secretaria, o senhor está aí dentro, por que o senhor não desce para falar com a gente. O senhor tem alguma coisa contra nós?

Aquilo foi mesmo uma conversa de doidos. As pessoas ali, diante da Secretaria, e só conseguiram falar com o secretário pelo telefone. Houve esperanças de que a coisa fosse diferente. Era um tempo em que se prometia às pessoas que elas podiam ter esperanças. O governo havia mudado, do PDS para o PMDB. Falava-se de democracia. Ali, para eles, ficava provado: além da esperança, necessária era a garra.

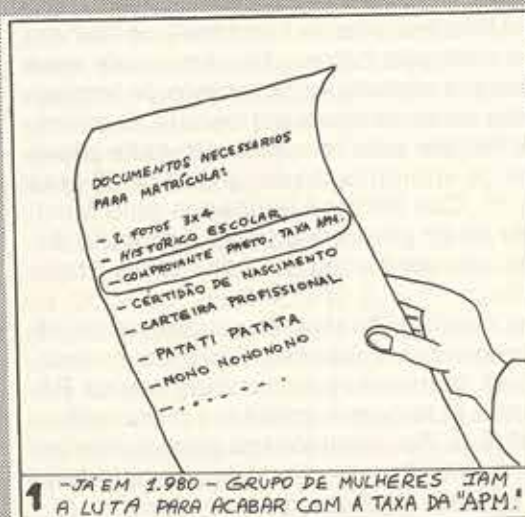
CARAVANA LEVA REIVINDICAÇÕES À SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

No auditório Caetano de Campos, Cleide expõe número de salas ociosas no período noturno.

Douglas Mansur



**PEQUENO
HISTÓRICO
DO
MOVIMENTO
DE
EDUCAÇÃO**



1 - JÁ EM 1.980 - GRUPO DE MULHERES JAM A LUTA PARA ACABAR COM A TAXA DA "APM."



2 - EM JANEIRO DE 1984, NA QUARTA SEMANA DE JOVENS, A PROPOSTA APROVADA PELA JUVENTUDE E.M. ERA DE LUTAR POR ESCOLAS E ESCOLAS DE 2ª GRADUAÇÃO.



3 - NA 5ª SEMANA, QUE FOI DE 36 A 23/06/84, NÃO SE FALOU EM OUTRA COISA... DA PROPOSTA DA 5ª SEMANA, DE LUTAR POR...



4 - ELEGAM, SURTIU O MOVIMENTO QUE, LIDO DE INÍCIO, CAIU UMA COMISSÃO PARA PREPARAR UM PROJETO DE NOVAS ESCOLAS PARA SER ENVIADO AO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.



5 - EM 28/10/84, SAÍU A 2ª ASSEMBLÉIA POR ESCOLAS - O SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO FOI CONVIDADO, SÓ QUE ELE NÃO COMPARECEU...



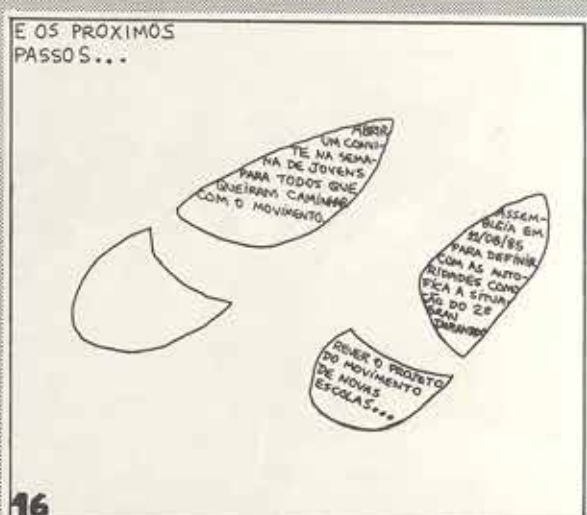
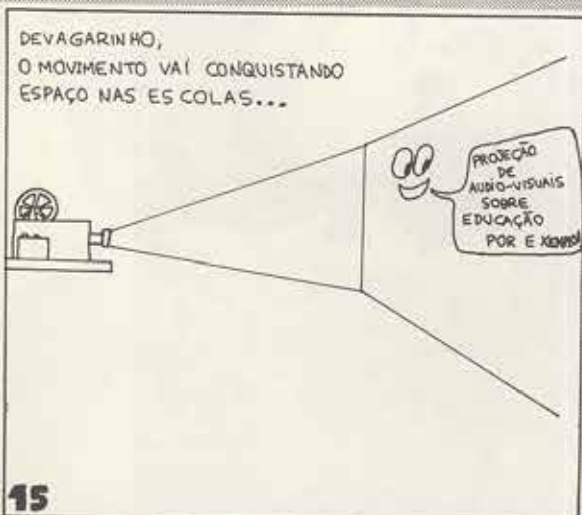
6 - COMO O SECRETÁRIO NÃO APARECEU, EM 09/11/84, O MOVIMENTO SAÍU EM CARAVANA ATÉ A SECRETARIA EM BUSCA DE SOLUÇÕES...



7 - DESTA VEZ, A IMPRENSA ESTEVE LAÍ...



8 - E O SECRETÁRIO TAMBÉM FOI PROCURADO...



Força estranha

Com a participação dos jovens, o Movimento entrou numa nova etapa, dando exemplo de organização e fundamentando muito bem a reivindicação do 2º grau. A partir de então, novas vitórias seriam conquistadas.

Mais que esperança o Movimento teve garra. Foi preciso que voltassem duas vezes mais à Secretaria. Não a caravana, mas foram comissões que só descansaram quando puderam trazer de volta alguma coisa de certa. Da última vez, só foram recebidos pelo assessor três representantes, Neide, Adriano e Cleide. De volta, eles marcaram uma reunião para contar para todos do Movimento qual tinha sido sua conquista.

VITÓRIA DO MOVIMENTO: MAIS 13 ESCOLAS DE 2º GRAU

— Conseguimos. Já ficou certo. Para 85 termos aqui em Ermelino mais 13 escolas com 2º grau. Trouxemos esse xerox, é um texto de lei, uma resolução da Secretaria baixada dia 9 de novembro de 1984, alguns dias depois na nossa caravana até lá. Diz assim: que o Secretário considera como prioridade deles a população de 7 a 14 anos, mas considera

Antônio Aspholm



Caravana
à Secretaria
da Educação.

também que o seu objetivo tem que se ampliar as oportunidades educacionais ao maior número de pessoas nos vários graus. Artigo dois, parágrafo primeiro, eu vou ler para vocês: "Para cumprimento às disposições deste artigo, as escolas de 1º ou 2º grau poderão ser transformadas em EEPsGs (1º e 2º grau), observando o disposto no artigo 4º desta Resolução." Foi esse artigo que possibilitou a abertura do 2º grau nessas 13 escolas daqui que só tinham o 1º.

— É sério? A gente já pode se matricular no ano que vêm?

— É.

— Quais foram as escolas que eles aprovaram? A gente indicou mais de treze... Mais perto da minha casa fica o ...

— Espera, eu não entendi uma coisa. Pela lei, todas as escolas de 1º grau vão abrir o 2º?

— Não, onde houver demanda, onde houver gente querendo estudar.

Vera Masagão



Participantes do Movimento discutem com assessores da Secretaria.

Vera Masagão



Terezinha

Vera Masagão



Roberto

Vera Masagão



Adriano é entrevistado pela imprensa em frente à Secretaria.

- Isso é o que não falta.
- E onde houver espaço físico. É disso que trata o tal artigo 4º. Diz que o uso de espaço físico deve ser planejado em conjunto pelas escolas próximas e qualquer proposta fica sujeita à homologação das delegacias de ensino.
- Então mixou. Se a gente for depender de diretor da escola fazer proposta, delegado de ensino aprovar, já viu... Estou até duvidando dessas 13 escolas para Ermelino Matarazzo.
- Eu também duvido de todas essas coisas de lei. Do que adianta a lei? No caso da APM também tinha lei dizendo que a taxa não era obrigatória e ninguém respeitava.
- Todo mundo começou a falar ao mesmo tempo. Na confusão, as pessoas começaram a se desentender. O Adriano tomou a palavra:

PRESSÃO POPULAR MUDA LEGISLAÇÃO

- Calma, vamos entender direito a coisa. No caso da APM, a lei não era cumprida, mas o fato da lei existir deu um apoio para a luta das mães. Essa lei que o Secretário baixou agora foi uma vitória nossa, ela vai ser nosso apoio para garantirmos que os cursos sejam abertos mesmo. Mas isso depende de que nós fiquemos de olho nas escolas e nas delegacias. A nossa luta não acaba aqui. Ou vocês acham que acabou?
- Não.
- E tem mais, isso parece que ninguém reparou. Essa lei vale para o Estado de São Paulo, não só para o nosso bairro. Vocês não acham que isso seja importante? Claro que a população das outras regiões, se qui-

O partido pode vincular-se aos movimentos populares sem atrelá-los

Como se estabeleceu sua relação com o Movimento de Educação da Zona Leste?

Eduardo: Nessa região existem inúmeros movimentos populares, não só na área da educação como na da saúde, habitação ou transportes. Nasceram de Comunidades Eclesiais de Base, Sociedades de Amigos do Bairro ou núcleos do PT e, como morador da região e deputado estadual, tive a oportunidade de acompanhar vários deles. Na área da educação tive contatos esporádicos com grupos que se organizaram em torno de reivindicações específicas como a construção de uma escola para determinado bairro. Já esse grupo centralizado em Ermelino Matarazzo tem uma organização mais ampla e constante e, por isso, temos feito um acompanhamento mais sistemático. Já estive com eles em debates e, mais de uma vez em que a Secretaria da Educação não quis atendê-los, marquei-lhes uma audiência em meu nome e esti-

ve lá junto com suas caravanas ou comissões.

O fato de um movimento como esse ser obrigado a recorrer a um parlamentar para fazer suas reivindicações chegarem ao Executivo não favorece práticas políticas de tipo clientelista?

Eduardo: Várias secretarias do Estado e também a Prefeitura têm adotado essa prática, com a qual eu não concordo em absoluto: só atendem a população por intermédio de parlamentares. Essa é uma forma que os órgãos executivos têm para barrar os movimentos, dificultar seu contato com a administração do Estado. Os políticos tradicionais também tiram vantagens disso: os movimentos passam a depender desses parlamentares que fazem a intermediação como um favor em troca do qual eles esperam conseguir votos. Nós do Partido dos Trabalhadores somos contra esse tipo de prática política, entretanto, muitas vezes somos obrigados a ficar de interme-

Eduardo Jorge é médico e mora em Itaquera, Zona Leste de São Paulo. É militante do PT — Partido dos Trabalhadores — desde a sua fundação e, em 1982, foi eleito deputado estadual.



diários, não para exercer controle ou tirar dividendos, mas para abrir um canal; as vezes o único possível, entre a população e as autoridades. Há muitos outros serviços que um parlamentar pode prestar aos movimentos populares. Nós podemos requerer as informações de que o movimento necessita, o Executivo é obrigado a prestar informações que o Legislativo requer. Podemos também propor projetos de lei que incorporem as reivindica-

ser escola, vai ter que lutar também, mas a luta já pode iniciar contando com o apoio dessa lei.

Realmente, ninguém tinha pensado naquilo. O Adriano falou pouco mas falou bem. Quando o Adriano começara a participar do Movimento, tinha gente que desconfiava um pouco porque ele trabalhava para o PT. Sabe como é, depois de tanto tempo de governo militar as pessoas ficaram desconfiadas da política e dos partidos. Mas as idéias que o Adriano trazia eram muito importantes e, trabalhando junto com as outras pessoas do Movimento, ele também aprendeu muita coisa. Às vezes as pessoas ficavam preocupadas com os problemas do bairro e esqueciam de pensar mais longe. As pessoas podiam ficar apegadas às coisas pequenas e perder a dimensão da força que têm.

Todos saíram da reunião pensando naquilo. O Roberto pensou muito naquilo, na força que o Movimento podia ter e que ele não podia calcular. Depois daquelas, houve outras idas à Secretaria, outras reivindicações, conversas com delegado de ensino, diretor, briga, discussão, reunião, documento... O Roberto estava sempre lá, participando. Às vezes eles iam até a Secretaria, mais de uma hora no ônibus, e por fim não eram atendidos pelo secretário. O povo voltava desanimado. O que o Roberto começava a perceber era que, mesmo quando eles nem conseguiam entrar, conseguiam alguma coisa. A oportunidade do povo sair da sua vila e ir ao centro da cidade, a manifestação do povo da vila na praça da República, o povo da vila falando de si pelo microfone, dando decla-

**MOVIMENTO É
VOZ DE QUEM
QUISE FALAR**

ções do movimento explicitando, nas justificativas, quem foram os autores da idéia. Na Assembléia Legislativa existem ainda as Comissões Técnicas, através delas temos tentado estabelecer o contato entre as autoridades e a população. Eu faço parte da Comissão de Saúde e já promovemos dezenas de debates entre o Secretário da Saúde, movimentos populares de saúde, sindicatos e associações de trabalhadores do ramo.

Para além da atividade parlamentar, que relações podem ser estabelecidas entre os partidos e os movimentos populares?

Eduardo: Nós do PT acreditamos que o partido deve se relacionar com os movimentos respeitando a sua autonomia. Falar de respeito à autonomia pode parecer um preciosismo, um fetiche do Partido dos Trabalhadores. Converso com colegas de outros partidos que acham que isso não existe, que é impossí-

vel. Mas nós achamos que é possível, existem condições de que o partido mantenha vínculos com os movimentos populares sem atrelá-los. No que diz respeito aos Movimentos, acredito que sua estratégia deva ser a de se constituir enquanto organização de massa ampla e permanente: ampla no sentido de que não se restrinja apenas a um bairro, que procure se ampliar pelo menos a nível regional; e permanente no sentido de que, a partir de reivindicações simples e localizadas, estabeleça um programa de lutas mais abrangentes que toque as questões de fundo de cada um desses setores, educação, habitação, saúde, etc. O movimento de saúde da Zona Leste, por exemplo, começou com reivindicações como a construção de um Posto de Saúde para determinado bairro e já chegou a um plano regional para a saúde, já discute temas como a Previdência Social, o lucro ou não lucro na área da saúde, a socialização dos serviços nessa área e a questão do controle popu-

lar sobre os órgãos públicos. Fundamental é que o movimento seja amplo, que elabore uma pauta de luta que mobilize um grande número de pessoas independente do fato de serem desse ou daquele bairro, religião ou partido.

O partido, por sua vez, tem que reconhecer o seguinte: esses movimentos, por mais que aprofundem sua pauta de reivindicações, têm um objetivo específico, giram em torno da educação, da saúde... Já a obrigação do partido é dar uma resposta global aos problemas da sociedade e à questão do poder. Muitas vezes, o ritmo do partido não é o mesmo ritmo daquele movimento que está se organizando, que é heterogêneo. Podemos levar pautas elaboradas dentro do partido mas devemos discutir as propostas que o movimento aponta como prioritárias e levá-las adiante. Não devemos impor aos movimentos o ritmo e as prioridades que o partido elabora a partir de sua lógica.

ração à imprensa, só isso já era uma coisa bonita. Lá de fora eles faziam uma pressão na Secretaria que poderia surtir efeito depois.

E quando eles conseguiam entrar? Era um acontecimento em si mesmo já de vitória. O povo entrando em massa na Secretaria, espalhando-se nas escadas, ocupando os saguões de mármore e as salas acarpetadas. Os funcionários de gravata e as funcionárias de salto alto não estavam acostumadas com isso, arregalavam o maior olho. As mães levavam os filhos pequenos, iam todos negociar na mesa do Secretário, fazer sua voz chegar até lá. O Movimento marcava sua presença, obrigava aquela gente a se mexer de alguma maneira.

POPULAÇÃO DEVE CONTROLAR A COISA PÚBLICA

Com isso, a própria recepção do povo na Secretaria começou a mudar. Eles ficaram conhecidos. "Lá vem aquele grupo que traz tudo organizado, pauta de reunião, nome das escolas, dados e mais dados, acho melhor a gente atender". A Neide contou que, uma vez, um dos assessores se abriu com eles. Disse que havia na Secretaria gente séria de verdade, interessada em mudar as coisas, interessada em construir uma escola que fosse realmente do povo. Mas a boa vontade de algumas pessoas dentro da Secretaria não bastava. Essas coisas de governo são muito complicadas. A Secretaria depende do governador, o governador depende de Brasília. Depois, nas delegacias regionais estavam funcionários muito antigos, às vezes tinham conseguido aquele emprego de favor, tinham algum pistolão, costa-quente, a Secretaria mandava e eles desmandavam. Aquilo era uma estrutura muito grande e complicada, não bastava a boa vontade de meia dúzia de pessoas na Secretaria nem a boa vontade e um ou outro delegado ou diretor. A população tinha que estar lá, pressionando.

Uma vez, o pessoal do Movimento tinha ido até a Secretaria fazer umas denúncias. As condições de algumas escolas estavam tão precárias que era quase impossível frequentá-las. Depois eles tinham levado ao bairro a promessa da Secretaria de que seria distribuído material didático gratuito para os alunos carentes. O assessor que os atendeu não podia acreditar no que eles contavam.

— Não é possível, as informações que recebemos não são essas, a diretora dessa escola não notificou.

— Então vocês estão mal informados. Eu moro ao lado dessa escola, meus filhos estudam lá. Eu posso garantir.

— Não é possível também que esteja faltando material. A Secretaria já mandou tudo para ser distribuído nas escolas.

— Mas tem diretora que está vendendo o material em vez de distribuir.

— Não, isso é um absurdo.

— É absurdo mas está acontecendo nas escolas.

— É impossível, eu não acredito.

MOVIMENTO DENUNCIA CORRUPÇÃO NAS ESCOLAS

O jeito foi ver para crer. Uma comissão do Movimento levou o assessor para visitar algumas escolas lá em Ermelino Matarazzo. Parecia que ele nunca tinha visto uma escola de periferia de perto, só pela cara que fez. Mas foi assim, a assessoria da Educação desse estado teve que ir até a escola ver os vidros quebrados, sentir o cheiro das privadas entupidas.

Em mais de uma escola foi a mesma coisa, o pessoal não sabia que aquele era um assessor da Secretaria:

— Boa tarde, a diretora está?

— Não senhor.

— Como não? Aonde ela foi?

— Não sei, não está.

O assessor já ficou espantado com aquilo, da diretora simplesmente não estar no horário de serviço. Mas o caldo engrossou mais:

— Boa tarde, a diretora está?

— Não, nem a secretária, nem a merendeira.

Quem respondeu isso foi um garoto, um funcionário de menor contratado pela APM. Enquanto a diretora e a secretária estavam não se sabe onde, ele ficava sozinho responsável pela escola toda. O assessor da Secretaria, espantadíssimo, perguntou:

— Você sabe se nesta escola estão vendendo o material que a Secretaria mandou?

O garoto, ingênuo de tudo, foi bem educado respondendo:

— Vende sim senhor. Se o senhor quiser comprar é naquela salinha ali. Mas tem que esperar a diretora porque só ela é que vende.

O Roberto, que fazia parte da comissão de visita, teve que segurar a gargalhada. O assessor só faltou chorar. O pessoal do Movimento nem chorava mais, o jeito era dar risada e criar o caso. Eles não souberam o que aconteceu depois com a diretora, na delegacia ou lá nos corredores da Secretaria. Mas certeza era que eles criavam um caso, geravam movimento.

Para o Roberto, para a Neide, Antonio, Teresinha, para todos eles estava claríssimo: nesse país, só se muda alguma coisa quando o povo se toca da força que tem.

Antônio Asphalm



Chegam aos gabinetes da Secretaria os que conhecem o dia-a-dia das escolas da periferia.

Vera Massagão



Cantando, Movimento de Educação ocupa o espaço da praça.

O elefante branco

Pressionando a Secretaria da Educação, o Movimento conseguiu que mais 13 escolas da região abrissem inscrições para o 2º grau. Entretanto, havia impedimentos ainda para que os jovens conquistassem seu direito à educação.

O Movimento de Educação da Zona-Leste conseguira já esta vitória: que a Secretaria da Educação aprovasse a instalação do 2º grau em 13 escolas do bairro. Foi uma longa luta que mobilizou um grande número de pais, mães e jovens estudantes. Foram necessárias muitas andanças pela Secretaria, pelas delegacias regionais e pelas escolas. Nessas andanças, o Movimento vinha aprendendo algo importante. O que é uma Secretaria da Educação? Como funciona? Quem manda no que? Quem toma as decisões? Quem executa? Como é feita a comunicação entre a Secretaria, lá na Praça da República, e cada uma das escolas espalhadas por todo o estado?

BUROCRACIA DO ESTADO EMPERRA O MOVIMENTO

A rede de ensino público, dado o número de pessoas que atende, deve ser, necessariamente, um aparelho muito grande que emprega um sem número de pessoas, entre assessores da Secretaria, delegados regionais, supervisores, assistentes, diretores, até chegar aos professores. O que o Movimento descobriu é que esse grande aparelho, que deveria ser muito bem organizado e eficiente, era na verdade um verdadeiro elefante branco. Era muito difícil se mexer nele, havia muitos problemas de funcionamento. Era muita gente empregada e pouca gente trabalhando de verdade, uns mandavam e outros desmandavam.

Vera Masagão



Fachada da Secretaria da Educação do Estado. De quem é o poder público?

Era preciso cuidado, senão o Movimento se perdia na confusão dessa burocracia. No caso das escolas de 2º grau, só a palavra do Secretário não bastou. A palavra atravessa muitos caminhos até se tornar realidade. Seria necessário também o compromisso das delegacias regionais e principalmente dos diretores de escola.

O delegado da 9ª Delegacia apoiou o Movimento. Convocou uma reunião com todos os diretores de escolas onde havia o 2º grau e onde ele seria implantado. Chamou também representantes da população que tinham lutado e conquistado esse 2º grau. A reunião foi marcada num dia de semana, e por isso, pouca gente pôde participar. Mas estiveram lá a Neide, a Onoris e a Cleide. Como o delegado tinha pedido, as diretoras trouxeram a lista dos alunos que tinham se inscrito para o 2º grau. Cada escola, já naquela época, estava com cento e tantas inscrições, dava para abrir, cada uma delas, duas ou três salas.

Se fosse pelo número de interessados no 2º grau, tudo estava muito bem, tudo conforme o Movimento previa. Mas tanto a Neide como as outras sentiam algo de estranho naquela reunião. O clima não era bom, o ar pesava dentro da sala. As diretoras olhavam para as três como se quisessem vê-las no inferno. Estava claro que havia muitos diretores que ainda eram contra a implantação do curso noturno em suas escolas. Claro, mais gente estudando, mais trabalho para elas.

Era preciso cuidado, senão o Movimento se perdia, se perdia a conquista do povo. Primeiro sinal de perigo: o prazo de matrícula foi de apenas uma semana. As delegacias tinham se comprometido com o Movimento a fazer divulgação dos cursos de 2º grau. A população tinha que ser informada de que agora tinha o direito de continuar estudando depois da 8ª série. Só que da parte da Secretaria ninguém fez nada. Isso é uma coisa que o governo deveria explicar: Por que o governo gasta dinheiro com propaganda em rádio e televisão de governador que construiu estrada? Por que, ao invés de se fazer propaganda de governador, não se faz propaganda de coisas boas para o povo, como escola, por exemplo? Por que não se usa a televisão e o rádio para avisar o povo dos dias de matrícula, avisar que não é preciso pagar taxa de APM, avisar

**MOVIMENTO
LUTA CONTRA
OS QUE QUEREM
FECHAR
A ESCOLA**

O direito à educação
é conquista das
classes populares.

Vera Masagão



que o material vai ser distribuído gratuitamente e que não é necessário uniforme?

O Movimento de Educação, da sua parte, fez o que pôde. Publicou um boletim informando os jovens sobre as escolas que ofereciam o 2º grau, os documentos necessários e os dias da matrícula. Entretanto, como a Neide esperava, houve diretores que também fizeram o possível para desinformar os jovens, para sabotar o 2º grau. E alguns deles conseguiram. Os jovens chegavam para fazer a matrícula e a diretoria mentia para eles, dizia que não tinha vaga. Teve diretora dizendo horrores da própria escola onde trabalha, aconselhando os alunos a se matricular em outra mais distante. Resultado: houve escola em que o 2º grau não abriu e a diretora se justificou dizendo que só oito ou dez alunos se matricularam, o que não era suficiente para abrir uma sala. Mas o pessoal do Movimento sabia que aquilo era puro cambalacho, que os diretores escondiam as vagas que a escola oferecia.

Funcionamento da máquina administrativa resulta das vontades políticas

Como se deu seu contato com o Movimento de Educação da Zona Leste?

Miriam: Quando entrei na COGSP, firmei a orientação de que fossem recebidos todos os grupos, movimentos ou entidades que se organizam dentro da escola ou em torno dela. Esse pessoal da Zona Leste eu atendi mais de uma vez, de formas diferentes e em momentos diferentes.

Como você vê essa relação entre os movimentos sociais e o Estado?

Miriam: Quando eu entrei, o canal de comunicação já havia se estabelecido, mas numa linha um tanto diferente da minha. A tendência era responder às reivindicações tal como vinham, mediante a pressão que pudesse exercer cada grupo, sem uma avaliação mais global a respeito do que significava atender essa ou aquela reivindicação. Na minha opinião, cabia examinar cada uma delas, discutir e esclarecer o pessoal sobre quais eram possíveis de se atender a curto, a médio ou a longo prazo. Acredito que o fato dessa administração atender esse tipo de movimento já representa um grande avanço em relação às administrações anteriores. Entretanto, falta ainda uma política articulada de como fazer isso, fica dependendo do humor ou da disposição política e

ideológica do secretário ou de seus representantes. Por isso, essa prática ainda guarda uma certa marca clientelista e demagógica. O que define o atendimento ou não de uma reivindicação é mais a pressão política do grupo ou a influência de parlamentares do que uma análise de sua correção e justiça mediante um plano geral.

Você acha possível a elaboração de uma política para a Secretaria da Educação que considerasse, inclusive, a participação dos movimentos populares e que superasse essa prática clientelista a que você se refere? E como implementar essa política, considerando que os órgãos da administração pública são, atualmente, máquinas burocráticas inchadas, morosas e ineficientes?

Miriam: No Brasil, temos uma estrutura de Estado historicamente marcada pelo autoritarismo, pelo centralismo e pela indiferença absoluta às questões sociais. A máquina administrativa do Estado é um reflexo disso: nela, o autoritarismo e a indiferença às questões sociais se traduzem na incompetência. Se o Estado não está interessado em responder às demandas sociais, de que serve uma máquina administrativa ágil? De que servem possíveis canais de comunicação entre os fóruns de decisão, as escolas e a população? A ineficiência de uma se-

Mirian Warde
é professora do Programa de Pós-graduação em Educação da PUC-SP. Esteve na direção da COGSP — Coordenadoria de Ensino da Grande São Paulo — de setembro de 1984 a julho de 1986.



cretaria não resulta do peso próprio que ela tem enquanto máquinas e sim das vontades políticas expressas nela.

O PMDB assumiu o governo em 1982 com os princípios que nortearam a campanha, a democracia e a participação, e se defrontou com uma máquina administrativa que tinha as marcas históricas do autoritarismo. Além desses princípios não se traduziram claramente em planos de ação, dentro do partido havia poucas pessoas com clareza e vontade política suficientes para implementar esses princípios, atacando os focos de resistência de que essa máquina historicamente se alimentou. De um lado, temos um programa de governo, um secretário que nomeia dirigentes para os diversos órgãos e, de outro, só considerando a Grande São Paulo, 7 diretores regionais, 37 delegados de ensino e

Por que a Secretaria não impede isso? Por que o governo não denuncia isso no rádio e na televisão? O Movimento, de sua parte, fazia o que podia. Tratou de denunciar os diretores que estavam boicotando o povo. A Comissão de Mulheres de Pedro Nunes, que participava ativamente do Movimento, se dispôs até a trabalhar contra o boicote. A comissão tirou uma credencial na delegacia regional e fez ela mesma as inscrições para o 1º e 2º graus nas escolas do bairro. Elas faziam as inscrições e explicavam tudo que os jovens e os pais precisavam saber para não serem enganados pelas escolas. Dessa forma, as mulheres da comissão conseguiam impedir o boicote dos diretores que queriam roubar a escola do povo. Sem dúvida, a possibilidade da própria população fazer as inscrições em postos credenciados foi mais uma vitória. E mais, as mulheres da Pedro Nunes mostravam aos que estavam no governo que não era possível eles governarem sozinhos, sem o apoio da população.

O POVO
TRABALHA
PELA SUA
ESCOLA

que nela se expressam

não sei quantos diretores de escola que não se afinam necessariamente com esse programa de governo.

Como resolver esse problema, então?

Miriam: Há duas estratégias básicas: distribuir nos pontos-chaves da Secretaria pessoas com lucidez, competência e vontade política para articular um plano de ação e conseguir alterações administrativas que possam sobreviver independentes da gestão de fulano e beltrano. Durante a gestão do PMDB, tivemos três secretários da educação; a COGSP teve cinco dirigentes. Que marcas deixamos? Muito poucas, tudo dependia das pessoas.

Como pode ser então que o aperfeiçoamento da máquina do Estado dependa só da vontade política dos dirigentes? Essa vontade política é determinada a partir de que?

Miriam: Claro que a vontade política deve estar assentada num programa de ação popular, deve identificar-se com as necessidades da população. Acho, entretanto, que não se pode assumir a gestão do Estado no aguardo de que os movimentos populares apontem em que direção essa gestão deve-se dar. Os dirigentes têm que ter um programa, que por sua vez deve ser fruto de um

compromisso histórico entre eles e a população. Para isso, é necessário um partido que ganhe as eleições com um programa de identificação popular, firmando compromisso não apenas com o Movimento da Zona Leste ou outro qualquer, mas com os interesses da sociedade civil como um todo, interesses que se expressam através de partidos, movimentos, sindicatos... Você tem dentro do PMDB um setor que não abre mão desses compromissos e reitera a necessidade de que eles sejam alimentados ao longo da gestão. Mas, dentro do próprio PMDB, há outros setores que não consideram esses compromissos ou consideram-nos sob a forma clientelista. Prioritário para esses setores é a criação de bases eleitorais dentro da rede, e isso se antagoniza com qualquer programa social na área da educação.

A pressão da população organizada não poderia garantir o cumprimento desse programa?

Miriam: Um bom exemplo disso foi o plano de matrícula para 1986, realizado em conjunto com a Secretaria do Município na gestão Mário Covas. A reclamação mais constante que os movimentos trazem à Secretaria é a falta de vagas. Nós tínhamos um programa que visava a universalização do ensino de 1ª a 8ª série, a democratização das oportu-

nidades educacionais. Entretanto, nem todo pessoal da rede se afinava com essa proposta. Para coibir qualquer poder de manipulação e sonegação de vagas, nós articulamos um esquema mais centralizado de organização das matrículas, permitindo, por exemplo, que associações de bairro se credenciassem para efetuar-las. Ao final, reunimos todas as matrículas efetuadas nas escolas e nas associações e fizemos uma distribuição mais racional dos alunos entre todas as escolas municipais e estaduais de cada região. Evidentemente, essa iniciativa gerou muitas reações contrárias entre o pessoal da rede, mas da população tivemos apoio total, pela primeira vez ela estava tendo um canal de expressão mais direto.

Não é uma pena que uma iniciativa como essa seja apenas um caso a ser contado e não a tônica da atual administração?

Miriam: Para que a tônica da administração fosse essa, seria necessário que ela fosse assumida por um partido com unidade em torno de um programa de ação. Infelizmente, não vi isso ainda na atual administração; mas nem em outros partidos encontro unidade em torno de um programa sobre o que seja fundamental fazer na rede pública de ensino para que ela realmente sirva aos interesses da população.

O povo vai à escola

A luta pela abertura do 2º grau foi vitoriosa. Mas, diante das dificuldades que enfrentou, o Movimento percebeu que a melhoria da escola não dependia só disso. Era necessária uma atenção permanente, um empenho constante pela ampliação e melhoria da rede pública de ensino em todos os níveis.

O Movimento de Educação da Zona Leste ia marcando sua presença, não só na Secretaria e nas escolas como também entre a população. Em vários bairros havia grupos reivindicando escolas, alguma melhoria ou ampliação de cursos. Era o pessoal do Jardim das Oliveiras, de Pedro Nunes, E. Carvalho, Cidade Líder, Cangaíba... O Movimento tratava de reunir esses grupos, articulá-los a apresentar à Secretaria essas reivindicações de forma conjunta. Além disso, muita gente que passava pela Igreja de São Francisco via ali as reuniões do Movimento, apanhava seus folhetos, ficava sabendo da conquista das escolas para os jovens. Gente que nem pensava em escola, gente mais velha que já tinha passado da idade de estudar, vendo a empolgação do Movimento, se motivou a pensar no assunto.

O Toninho foi um desses que se empolgou. Ele já vinha participando da luta pelo 2º grau e comemorou com os jovens a sua vitória. Nesse tempo, ele estava desempregado e por isso podia estar sempre ali recebendo as pessoas que vinham se informar sobre coisas de escola com o Movimento. Por essa época, fins de 1984 e começo de 1985, a mobilização estava no auge, motivava qualquer um. O Toninho pensou assim:

ADULTO TAMBÉM TEM DIREITO DE ESTUDAR

— Que beleza, essa moçada toda estudando... Sempre gostei de estudar, pena que ainda jovem tive que largar a escola, agora não tenho mais idade. Mas espera aí! Por que eu não posso mais? Só porque sou maior de idade eu não tenho mais direito de estudar? Eu não estudei de criança porque não tive condições e sempre achei isso uma injustiça. É uma injustiça o filho do trabalhador ter que largar a escola cedo pra trabalhar. É uma injustiça o salário que trabalhador ganha, o salário que meu pai ganhava... Se foi injustiça que fizeram comigo quando eu era criança, agora eu tenho o direito de voltar a estudar. Por que só as crianças de 7 a 14 anos? Acho que todo mundo tem direito de fazer pelo menos o 1º grau.

Gente que já tinha perdido a esperança começava a ter esperança outra vez. Animados pelo Movimento, conversavam entre si:

- Você não tem vontade de voltar a estudar?
- Vontade tenho, mas não posso. O que eu faço com o serviço?
- A gente podia estudar à noite.
- É sacrificado, mas acho que vale a pena.
- Para os adultos só tem o Mobral.
- Tem também o supletivo, aqui na Zona Leste está cheio de supletivos, quase um em cada esquina.

— Mas supletivo só tem particular. Você já viu quanto eles cobram a mensalidade? Um roubo.

— Eu mesmo, com meus 32 anos estou estudando graças a deus. Em dezembro tiro meu diploma do 4º ano pelo Mobral. Não foi fácil mas valeu a pena, e estou querendo continuar. O meu problema é esse, meu e do pessoal lá da vila, a São Francisco. A maioria da nossa turma do Mobral quer continuar, quer fazer também o ginásio. Pra gente seria bom o supletivo, mas lá não tem.

— Supletivo só particular, e dos caros.

Toninho ia escutando essas conversas no saguão da igreja, na porta do bar. Quando era dia de reunião do Movimento ele cochichava no ouvido da Neide:

— Vamos falar do supletivo?

Mas o Movimento tinha quinhentos assuntos para resolver. O 2º grau já estava funcionando mas era preciso saber como. Todos estavam discutindo isso. Sabiam que era importante a luta por mais escolas mas sabiam que era preciso lutar também para que as que já existiam tivessem um bom ensino. As escolas não tinham condições de dar bons cursos, não tinham laboratórios, bibliotecas, e os professores, que são o mais importante, com o salário que ganhavam não tinham tempo de estudar, preparar suas aulas e corrigir os trabalhos dos alunos. Faltava papel para fazer apostilas, faltava material para os alunos, faltava tudo. Se o Movimento não lutasse pela qualidade do ensino não adiantava que conseguissem mais escolas. Os grupos dos vários bairros traziam cada um suas necessidades mais urgentes. Era difícil coordenar todas elas.

Mas a vontade dos adultos de voltar a estudar continuava de pé. Por isso, aqueles interessados no supletivo formaram um grupo só para discutir essa questão. Por que o governo não se responsabilizava pelo ensino supletivo? Por que o ensino supletivo ficava na mão dos particulares? Por que para estudar o povo tinha que largar seu dinheiro na mão dos empresários das escolas? O governo não é obrigado a dar escolas gratuitas? O povo não paga imposto?

INICIA A LUTA PELO SUPLETIVO

Vera Mesquita



É preciso que as escolas tenham condições materiais para oferecer um bom ensino.

Essas discussões aconteceram no início de 1985 e, durante todo o primeiro semestre desse ano, elas se transformaram em mais uma das lutas que o Movimento organizou: a luta da população da Zona Leste pelo supletivo público. Da mesma forma que fizeram para o 2º grau, levantaram as escolas que tinham espaço no período noturno, cadastraram os interessados em supletivo de 5ª a 8ª série. Chamaram diretores, delegados de ensino e o pessoal da Secretaria para estudar as propostas. Uns eram a favor, outros contra. Diziam que a Secretaria já iniciara uma experiência com algumas classes de supletivo, mas não estavam dando prioridade para isso. Só os trabalhadores é que sabiam da prioridade que o estudo representava para eles. Até que ponto a Secretaria sabia quais eram as prioridades dos trabalhadores? E se não sabia, precisava saber. Esgotadas as negociações possíveis com as escolas e delegacias, a Secretaria não dando nenhuma resposta definitiva, o Movimento se mandou outra vez para a Praça da República.

Dia 30 de março de 1985 estiveram lá em caravana. Mais ou menos 150 pessoas que só conseguiram chegar até o saguão da Secretaria. A negociação foi tensa. Padre Ticão, como sempre, acompanhava o grupo. Um assessor do secretário acusava-o de usar o povo como massa de manobra. O pessoal não gostou daquilo de ser visto como massa de manobra, e começou a pedir o microfone, todos querendo mostrar que tinham sua palavra. Ali pressionado, os assessores garantiam que algumas salas de supletivos seriam abertas, não se sabia quantas ao certo. Não se foi muito além do bate boca.

VITÓRIA DO MOVIMENTO: SUPLETIVO PÚBLICO DE 1º GRAU

Foi necessário que de novo voltassem lá, dia 17 de maio. Desta vez o secretário os atendeu e finalmente tiveram uma resposta garantida. Em agosto de 1985 foram abertas 8 salas de supletivo em Ermelino Matarazzo. Em 1986, outras foram abertas, o movimento tinha sido instaurado. Havia resistências ainda, claro. Aquela turma que se formara no Mobral na vila São Francisco não conseguiu ainda o supletivo. Na escola do bairro deles está uma dessas diretoras que boicotam e que têm esse poder de fazer com que as coisas não aconteçam. Mas a luta de São Francisco continua, enquanto em outras vilas novas começam.



Caravana pelo supletivo público.

Graças a essas lutas é que pudemos ver muitas daquelas mães que só eram chamadas à escola quando os filhos erravam, muitos daqueles pais que davam seu sacrifício para o estudo dos filhos, podendo eles mesmos ir à escola. A maioria dos que se inscreveram para o supletivo foi de moradores da favela, gente jovem, entre 18 e 26 anos, gente que tinha ainda muito pela frente. E muitos que participavam do Movimento de Educação decidiram-se por voltar à escola também.

Quem visse gente como a Neide, o Toninho e a Terezinha, quem visse essa gente se movimentando no bairro, animando as reuniões, falando nas assembléias, negociando com delegados e secretários, poderia se perguntar se eles têm ainda alguma coisa a aprender na escola. A Neide tem resposta a essa pergunta:

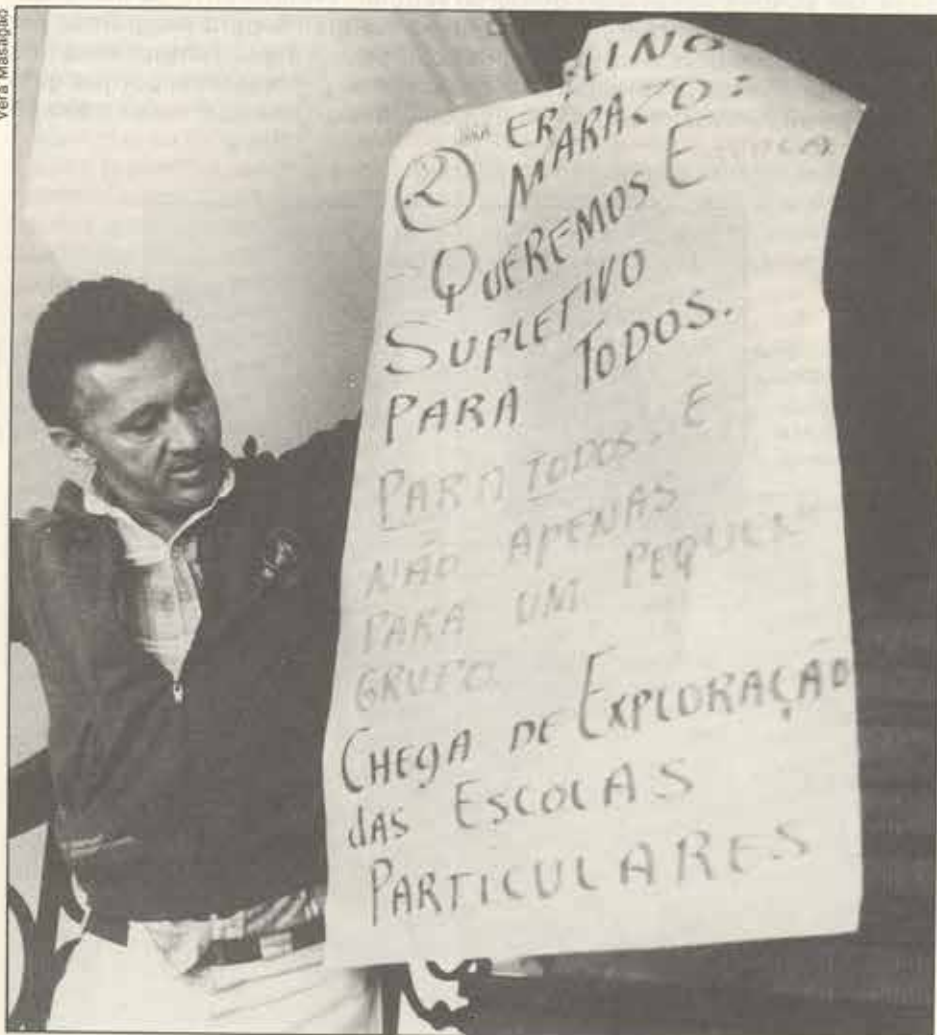
— Tenho, tenho ainda o que aprender na escola. Apesar da gente ter uma vida inteira de experiências, falta para a gente outros conhecimentos. Escola e experiência de luta, as duas são importantes. Teoria e prática, uma coisa completa a outra.

Terezinha concorda:

— A escola ajuda a ter uma visão mais ampla da realidade. Muda também nossa relação com os filhos. Os filhos vêem os pais indo à escola e se interessam mais em ir, percebem o sentido da coisa. Porque para uma criança da classe trabalhadora, é difícil, às vezes, perceber o senti-

LIDERANÇAS DO MOVIMENTO VOLTAM A ESTUDAR

Vera Masagão



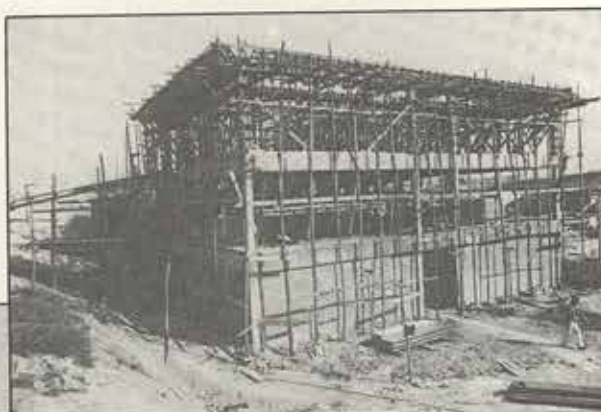
Movimento
revela significado
político de suas
reivindicações.

do da escola. Para mim, o sentido maior da escola é que ela foi conquistada pela nossa luta. É uma escolinha pequena a nossa, uma escola de emergência só com quatro salas, mas nunca foi apedrejada. Nós mesmos é que fazemos a limpeza e estamos reivindicando agora que se contrate uma servente. O entrosamento entre diretores, professores e alunos é muito bom. Depois que abriu o supletivo então melhorou. Os professores consultam muito a gente, querem fazer um ensino que nos sirva de verdade. A nossa comissão de mulheres é sempre apresentada. Quando chega um aluno novo fica logo sabendo que aquela escola é conquista do povo. Quando construírem a escola grande, de 1.º e 2.º graus, pois nós estamos lutando por isso, esse espírito não pode mudar. O fato de ter gente consciente dentro da escola ajuda muito.

São muitas matérias que a Neide e a Terezinha aprendem na escola enquanto ensinam como se constrói uma escola popular. Da escola se aprende, ainda que nem tudo esteja direito.

— Realmente, apesar da nossa escola ser das melhores que existem por aí, temos ainda muitos problemas. Os professores têm discutido isso com a gente. Eles têm encontrado dificuldades em adaptar os currículos da escola regular para o supletivo, onde cada série só dura seis meses. Percebem também que o aluno adulto é diferente das crianças. Eles contam que no curso que eles fizeram na faculdade nunca estudaram sobre ensino para adultos, estão vendo na prática que o supletivo não pode ser só uma adaptação do curso regular. Infelizmente os professores ganham tão mal que não têm tempo suficiente para programar um curso de acordo com a nossa realidade. É por isso que sempre estamos discutindo nossos problemas de curso com os professores, porque queremos no supletivo um ensino de boa qualidade. Qualquer coisa não serve.

Construção da Escola
Padre Nildo, na Cidade
Pedro Nunes, conquista
do Movimento.



Antônio Aspholm



Tem gente que acha que para a população trabalhadora qualquer ensino serve. O Movimento de Educação da Zona Leste nunca achou isso. Muitas vezes ele foi acusado de só reivindicar mais escolas do Estado sem se preocupar com o tipo de educação que o povo recebe lá dentro. Quando foi reivindicado o supletivo, houve gente da Secretaria acusando o Movimento de estar contribuindo para o rebaixamento da qualidade de ensino. Diziam que o supletivo faria com que os jovens desistissem do curso regular para fazer o curso mais rápido, onde receberiam uma formação mais fraca.

Qualquer pessoa que tenha estudado um pouco e compreenda como funciona nossa sociedade sabe que não existe dilema entre quantidade e qualidade. Uma completa a outra. Quanto maior o número de escolas, maiores chances de termos escolas com bom nível. É pensando na qualidade que o Movimento luta pela melhoria das condições materiais das escolas. Sem bibliotecas, sem material didático e com classes super lotadas não é possível que se tenha um bom ensino. É pensando também na qualidade que o Movimento apoia as organizações de professores que lutam por um salário justo e por melhores condições de trabalho.

O Movimento nunca foi contra a escola regular para crianças e jovens. Sabe-se que a garantia de educação básica gratuita para a população de 7 a 14 anos é condição fundamental para evitar, no futuro, desvios como os que temos hoje. O que não podemos negar também é o fato de que atualmente, no Brasil, temos um quarto da população adulta analfabeta. Da população de 7 a 14 anos, 33% não frequenta a escola e 27% está em séries atrasadas com relação à sua idade. (IBGE-CENSO/ 1980) Isso é prova de que a educação básica para adultos é uma questão que tão cedo não poderá sair do horizonte de nossas preocupações. É por isso que o Movimento exige que o governo defina uma política séria com relação a esse problema, ao invés de promover campanhas e cursos de segunda categoria que só fazem esconder a realidade. É por isso que os participantes do Movimento lutaram pelo supletivo, estudam no supletivo e lá dentro continuam lutando para que ele seja melhor. O mesmo fazem os jovens que lutaram pelo seu acesso ao 2º grau.

MOVIMENTO QUER UMA EDUCAÇÃO POPULAR E DE BOA QUALIDADE

As crianças já estudam no prédio provisório da Padre Nildo, primeiros passos na construção de uma escola realmente popular.

Vera Masagão



Movimento, escola e futuro

A democratização da rede de ensino público em todos os níveis é uma tarefa bastante grande. Diante dela, o Movimento de Educação da Zona Leste se coloca perspectivas para o futuro. Ganhando posições a cada reivindicação conquistada, lança as bases para uma conquista mais ampla e definitiva: o direito do povo de ter a educação que realmente lhe interessa.

Assim o Movimento de Educação da Zona Leste vai levando esta chama. Da conquista da quantidade, ele retira a possibilidade da qualidade. Da lógica capitalista, que através do ensino público massifica e domestica as pessoas, ele retira a garantia do acesso de todos à escola como condição para que, um dia, a escola possa ser realmente um espaço de realização de cada indivíduo no que ele tem para dar e receber da sociedade.

MOVIMENTO
SE ORGANIZA
DE FORMA
PERMANENTE

Atualmente, o Movimento conta com uma coordenação de mais ou menos 15 pessoas, uma sala, um telefone, e centenas de pessoas que mais eventualmente se mobilizam em torno dessa ou daquela reivindicação. Tem reuniões periódicas uma vez por mês, além de promover atividades e debates sobre temas específicos. Nesse processo, ele tem se desdobrado em duas grandes linhas.



Antônio Aspholm

Setembro de 1986, Movimento de Educação apoia greve dos professores da rede estadual.

Por um lado, tem dirigido seus esforços no sentido de aproximar-se mais do cotidiano das escolas, interferindo localmente ou levando os problemas locais às várias instâncias da Secretaria. É preciso saber se as coisas, em cada escola, estão andando direito, se o prédio oferece condições, se há material para os alunos, se a merenda é decente, se os professores dão aula e se o diretor garante as condições do trabalho para alunos e professores.

Muitas vezes esse é um trabalho desgastante. São muitas as escolas da região e muitos os problemas em cada uma delas. É vidro quebrado, é o mato entrando pelo pátio-a dentro, é a merenda que ninguém consegue engolir ou um diretor que ninguém consegue engolir. Vez por outra, a coordenação do Movimento vai visitar as escolas, reúne grupos de vários bairros e todo tempo tem que enfrentar a burocracia da Secretaria da Educação. O secretário promete, a CONESP divulga seus planos de construção, mas o Movimento não pode se fiar nas promessas e planos do "elefante branco" sem estar cobrando e denunciando mês após mês seus atrasos.

De repente, acontecem coisas surpreendentes. Todo começo de ano, iam pais à igreja pedir a ajuda do Padre Ticão porque não tinham dinheiro para comprar o material que a escola pedia. Eram tantos os pais que a coordenação do Movimento resolveu reuni-los. Ficaram tão assustados com os abusos que algumas escolas cometiam obrigando os alunos a comprarem material desnecessário que organizaram uma coleta de listas de material de várias escolas. Juntaram centenas, e várias escolas realmente abusavam, obrigando crianças que mal tinham nada delas a levar para a escola forminhas de gelo, plástico para encapar não sei de que cor, 300 folhas de papel sulfite, papel crepon, papel de seda... A partir dessas denúncias, foi convocada uma assembléia. Só com o Padre Ticão anunciando pelo autôfalante eles juntaram na Igreja mais de mil pessoas. Foi a partir dessa assembléia que a distribuição gratuita de material passou a fazer parte da pauta de reivindicações do Movimento.

**MOVIMENTO
COORDENA
MOBILIZAÇÃO
CONTRA A
FALTA DE
MATERIAL
DIDÁTICO**

Antônio Aspholm



Movimento reivindica distribuição gratuita de material didático.

CONSELHO DE ESCOLA É PAUTA DE DISCUSSÃO

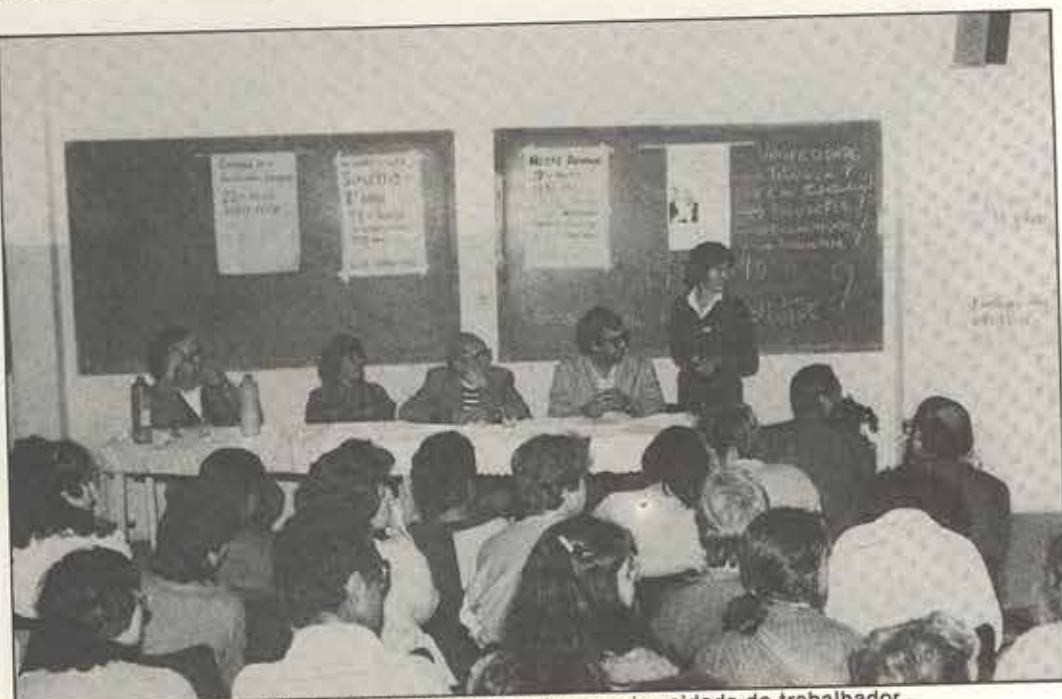
No enfrentamento de problemas desse tipo, tem se discutido o Conselho de Escola Deliberativo. Antes, o único espaço que a escola oferecia para a participação da população era a Associação de Pais e Mestres, a APM. E, como se sabe, ela mais esteve servindo para a exploração do que para a participação. Em dezembro de 1985, foi criado o Conselho Deliberativo, como resultado de uma longa luta dos diretores e professores mais progressistas. Esse Conselho possibilita a participação conjunta de diretores, professores, pais e alunos em todas as decisões que dizem respeito à vida da escola. Se esse Conselho for bem aproveitado e funcionar como a lei manda, muita coisa pode ser feita através dele. O Conselho pode decidir os objetivos da escola, resolver problemas que vão desde a administração até a sala de aula. Pode elaborar projetos para o atendimento psicopedagógico e material dos alunos e regulamentar as APMs. E, o que é muito importante, o Conselho pode decidir como gastar o dinheiro de que a escola dispõe.

Metade do Conselho deve ser composta de professores, especialistas e funcionários; a outra metade deve ser de alunos e pais. Os componentes devem ser eleitos por seus pares; isso quer dizer que professores elegem professores, pais elegem pais e alunos elegem alunos. Nada do diretor de escola poder fazer o que quiser sem consultar ninguém. Nada do diretor apontar com o dedo os pais e alunos que ele quer no Conselho. A eleição tem que ser democrática mesmo e tudo funcionar como manda a lei. Entretanto, como a própria experiência do Movimento lhe ensinou, não basta a lei para que a participação seja garantida. A população precisa se mobilizar para conferir se o Conselho funciona como deve e para levar a ele as exigências que são realmente de seu interesse.

UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA PARA A ZONA LESTE É O MAIS NOVO DESAFIO

Numa segunda linha de trabalho, o Movimento inicia uma série de discussões sobre a viabilidade de se reivindicar, para a Zona Leste, uma universidade pública dos trabalhadores. Tem gente que se assusta: "Universidade para o povo? Vocês não estão querendo demais?". Mas o Movimento sabe que será uma luta longa e difícil. A universidade pública dos trabalhadores, para o pessoal da Zona Leste, é um sonho, mas um sonho que eles se dão o direito de sonhar.

Vera Masagão



17 de agosto de 1986, debate com Paulo Freire sobre a universidade do trabalhador.

As discussões que esse sonho tem gerado já ensinaram muito aos participantes do Movimento. Elas envolvem questões complexas que têm obrigado as pessoas a aprofundar cada vez mais sua compreensão da educação enquanto fenômeno social e da sociedade como um todo. Para essa universidade, quem é trabalhador? O operário da fábrica? Não só. E como será feita a seleção dos alunos? Por exames? Por nível de renda? E os cursos, serão como os das outras universidades? Não seria melhor cursos mais técnicos? Mas os trabalhadores não têm o direito de serem também médicos, artistas ou filósofos?

As questões não param aí. Será que atualmente temos condições de ter uma universidade que realmente sirva ao trabalhador? A rede de ensino, tal como está funcionando atualmente, nega a muitas pessoas o seu direito à educação. De cada 1000 crianças que entram na 1.ª série, apenas 107 chegam à 8.ª. Desses 1000, só 80 completam o colegial e só 56 ingressam na universidade. Se o Movimento lutar por uma universidade pública para a Zona Leste, não estaria lutando apenas em favor dos privilegiados que conseguiriam passar no vestibular?

As universidades que existem hoje estão tão longe dos reais problemas da maioria da população... Será que os movimentos populares teriam condições de garantir que uma universidade pública estivesse realmente a serviço dos interesses da maioria?

O Movimento tem discutido ainda outras alternativas para propiciar aos trabalhadores o ensino de nível superior a que eles tem direito. A organização de cursos livres e independentes do Estado poderiam ser uma boa experiência inicial. Mas tem muito coelho ainda para tirar dessa cartola. O fato é que essa universidade, ainda sonhada, já tem tido o que ensinar. Imaginemos o dia em que o acesso dos trabalhadores aos estudos superiores se tornar realidade. Porque é, afinal, o sonho realizado, o móvel e o sentido de se sonhar.

Vera Masagão



População da Zona Leste reunida faz planos para uma educação que realmente lhe interesse.

Luta popular por educação: projeto de uma nova escola

Marília Pontes Sposito

Uma história diferente acaba de ser escrita. Uma história de lutas subterrâneas, miúdas, cotidianas, que não constam nos documentos oficiais e nos livros. Uma história que apenas começou a ser contada e que está sendo, ao mesmo tempo, construída coletivamente, com seus avanços, recuos e impasses. Seus protagonistas — jovens, mulheres, trabalhadores e crianças — tecem os fios de uma luta invisível que, ao ser reconstruída, permite desmistificar certas idéias que consideram o movimento da História realizando-se somente a partir do Estado, dos detentores do poder, dos portadores das grandes idéias e da ação de grupos minoritários.

O percurso das lutas sociais em nossa terra precisa ser reconstituído para evidenciar que certas conquistas essenciais em termos de direitos têm, em sua raiz, as demandas das classes trabalhadoras e as formas de articulação que as expressam. Este percurso evidencia também a violência diária a que estão submetidos os setores populares, as forças que tentam impedir a sua organização e o encaminhamento de suas lutas.

A luta pela educação é uma dentre as várias que o povo tem travado para efe-

tivar direitos que, embora reconhecidos na lei, lhe são negados na prática. Mas essas lutas não visam só a concretização de direitos já reconhecidos; muitas vezes, elas ultrapassam os limites permitidos pelo Estado e elites dominantes, conquistando novas esferas de legitimidade que, mais tarde, acabam por ser reconhecidas oficialmente. A história recente da educação brasileira revela a importância desses seus atores, protagonistas de lutas locais, que, ultrapassando os resultados imediatos de suas conquistas, alcançam direitos mais amplos, interferem na orientação das políticas públicas.

A luta pelo acesso à escola não é uma novidade. Há várias décadas, os habitantes das periferias das grandes cidades têm se organizado para conseguir uma unidade escolar, um prédio novo ou a ampliação de salas de aula. Cotidianamente, estão defendendo seus interesses ao exigir vagas nas escolas públicas, cursos noturnos para aqueles que trabalham durante o dia, educação para as crianças fora da idade escolar considerada como obrigatoriedade do Estado.

Por que o povo luta pela escola?

Toda a vontade de escolarização encerra um desejo de melhoria das condições de existência, é virtualmente uma recusa da condição de vida imposta por uma sociedade desigual. Como diz o padre Ticão, as pessoas que lutam pela escola tem uma marca muito forte do sofrimento, sofrem suas péssimas con-

Marília Pontes Sposito é professora da Faculdade de Educação da USP e desenvolve pesquisas em Sociologia da Educação.

dições de vida, o subemprego e os baixos salários. A vontade de estudar vem carregada da ilusão de que o estudo pode resolver os problemas da vida. Mas, diz ele, "o fato deles relacionarem sua exclusão das oportunidades educacionais ao lugar que ocupam na sociedade não deixa de revelar uma sabedoria". Assim, quando o povo luta pela possibilidade de ir à escola, ele luta também contra as injustiças que estão na base dessa sociedade.

Mais do que isso, o povo quando luta pela escola afirma seu direito de sonhar, de ter seus planos, ainda que carregados de ilusões. Mas a ilusão sempre acena com a esperança e essa conduz à ação. A esperança não imobiliza, ela encerra a vontade de mudar, o sonho de ver o mundo diferente e, assim, pode levar à participação e à organização. Nesse momento, o sonho se transforma em projeto, em proposta coletiva.

O Movimento de Educação da Zona Leste nos ensina essas lições de um modo claro. Seus integrantes estão empenhados na luta pelo direito de acesso à escola de 1º grau, já garantido pela lei mas, na prática, negado para o povo da periferia das grandes cidades e para os que vivem no campo. Para eles, ainda é preciso lutar por uma vaga na escola. Contudo, o Movimento lutou por novos direitos: exigiu que o Estado abrisse as escolas para os adultos instalando cursos supletivos, exigiu a criação de escolas de educação infantil para atender às crianças pequenas e cursos noturnos de 2º grau para os jovens trabalhadores. Essas são demandas que caminham no sentido de ampliar o limite dos direitos reconhecidos como dever do Estado. Suas lutas envolvem, também, um conceito substantivo e novo da gratuitidade do ensino: exigem material escolar para que os alunos possam acompanhar as atividades em sala de aula e recusam o boicote à educação gratuita resultante da cobrança de taxas para manter as escolas em funcionamento.

Não é possível, no bojo da luta social, separar a luta pelo acesso à escola da luta pela melhoria do ensino. Os grupos populares que estão nessa caminhada mostram, claramente, que o povo quer escolas de boa qualidade. Para os movimentos, no interior de uma reivindicação por uma nova escola, já está pre-

sente a expectativa de que este ensino será de melhor qualidade se realmente estiver mais aberto à classe trabalhadora. A reivindicação pelo acesso, para os setores mais combativos, gera uma série de outros desafios que envolvem desde a manutenção material das escolas, a contratação de funcionários ou novas construções, até a necessidade de participação mais intensa na vida de cada unidade escolar.

O atendimento da reivindicação é multifacetado; para alguns pode significar a satisfação momentânea de uma necessidade urgente, pode desmobilizar. Mas, para outros, é apenas o início de novas etapas. A vontade de integrar-se nos organismos de gestão da escola — Associações de Pais e Mestres e Conselhos de Escola — surge ao longo da mobilização. Essa vontade vem da aspiração de tornar, verdadeiramente, a escola um bem público, coletivo. A impossibilidade de participar decorre mais do boicote silencioso ou explícito, da resistência das unidades escolares, do que da incapacidade dos grupos populares formularem projetos sobre essa participação.

*

Mais complexa é a relação dessas lutas com o Estado. A ação dos órgãos públicos é marcada por um profundo autoritarismo que tende a desmobilizar os movimentos. Em momentos anteriores, o Estado excluía, claramente, qualquer possibilidade de participação popular. Os conflitos foram cotidianos entre os movimentos e o poder público. Contudo, a história do Movimento de Educação da Zona Leste mostra que muito pouco mudou para esses movimentos na conjuntura atual. As estratégias que repõem a dominação podem ser outras, por ser mais invisíveis, mas os seus fundamentos são os mesmos. O Estado não rompeu seus compromissos com as formas clientelistas do exercício do poder, impelindo muitas vezes os movimentos sociais a relações de subordinação com os partidos políticos e seus representantes parlamentares. Partidos ou grupos que ocuparam o poder recentemente conviveram com estruturas administrativas geradas em

20 anos de autoritarismo, que prevaleceram sobre qualquer tentativa de inovação ou propostas de participação popular. Muitas vezes, os grupos populares, nos seus embates com representantes de órgãos públicos, viveram a frustração de presenciar um discurso democrático camuflando práticas ainda autoritárias. Na verdade, as "novas orientações" não suportaram a presença dos movimentos mais combativos, isso porque esses grupos vinham elaborando projetos claros de participação, um programa para o encaminhamento de suas lutas e, acima de tudo, porque insistiram por preservar sua autonomia.

As propostas participacionistas gradativamente foram envolvidas por uma moldura autoritária ou demagógica que comprometia, a curto prazo, qualquer esperança de mudança real na postura de técnicos, assessores e educadores, desde às escolas até as instâncias mais centrais. Os educadores realmente comprometidos buscaram aprofundar sua organização junto às suas entidades de classe e com isso estar ao lado das plataformas defendidas pelo movimento popular.

Aos grupos populares se faz necessá-

ria a apropriação de novas formas de luta, de novas estratégias de organização, de acesso a informações que lhes permitam enfrentar mecanismos mais sutis que repõem a dominação obscurificada por uma conjuntura onde se levanta a bandeira da democracia de uma forma muito vaga e abstrata. Por outro lado, a esses movimentos compete também rever práticas que reforçam a distância entre direções e bases e que, em última instância, reproduzem os mesmos mecanismos de dominação prevalentes na sociedade.

*

As mobilizações em torno da democratização das oportunidades de acesso à escola têm conseguido, na prática, a realização de direitos reconhecidos só formalmente e a ampliação da faixa de responsabilidades do Estado em matéria de educação pública. Hoje, a reivindicação pela expansão da pré-escola e do 2º grau constituem, no processo social concreto, um alargamento dos direitos mínimos consagrados pela legislação para a grande maioria da popu-



Vera Mazoni

lação. No conjunto das demandas populares, a implantação dos cursos supletivos públicos cria uma nova esfera de intervenção do Estado que poderá gerar outras concepções sobre o direito à escolarização básica, envolvendo também os trabalhadores adultos precocemente excluídos do sistema de ensino regular.

Contudo, fica uma pergunta a nos incomodar: o que o povo ganha quando conquista a escola? O direito de ser excluído logo depois? As experiências acumuladas indicam que existe um caminho difícil a ser percorrido depois da conquista de uma vaga na escola.

A prática de alguns grupos populares, como a do Movimento de Educação da Zona Leste, mostra que esses movimentos estão criando também condições para exercer o controle e a fiscalização do bem público, exigindo, na prática, que a escola seja de todos e não território onde poucos decidem sobre o destino de muitos. Esta nova concepção de exercício de uma cidadania, gestada nas lutas populares, encontra resistência em vários níveis do Estado e em setores dominantes da sociedade. Criar um poder popular, nascido da luta social em todos os seus níveis, tem sido uma das tarefas mais árduas para os movimentos que estão empenhados na transformação da sociedade.

Mas os movimentos populares por educação terão apenas um papel reivindicativo? Sua função principal será a de estabelecer formas de pressão frente ao poder público para conquistar alguns benefícios na área da educação? Eles terão apenas atribuições fiscalizadoras quanto ao uso de verbas públicas tendo em vista a manutenção e ampliação da rede de ensino? Seria possível o desdobramento da organização popular na direção da proposta de um novo modelo de escolarização, popular e democrático, que responda melhor aos inte-

resses dos trabalhadores, do povo?

As respostas a essas questões não são simples. Entretanto, a experiência desses movimentos revela, em toda sua trajetória, que há um saber que se recria e se transforma no desenvolvimento e no amadurecimento das lutas por educação. A luta social educa. O modo como são conduzidas todas as etapas, seus erros e acertos geram uma nova pedagogia que impõe aos movimentos, de forma cada vez mais profunda, a necessidade do confronto dessa prática com a educação que se recebe na escola. A possibilidade de discutir a sua condição de classe, a experiência de participação democrática, a luta cotidiana contra relações humanas desiguais, a descoberta do outro como companheiro de caminhada, o respeito ao seu modo de ser e a experiência compartilhada ensinam muito. Ensinam a descobrir um modo diverso de conceber o existir, o educar e o saber. Estes são os germes de uma nova concepção educativa que nega, em profundidade, a prática dominante nas escolas, que discrimina os trabalhadores, os pobres e os marginalizados. A luta pela educação também ensina a criticar a escola conduzindo à negação dela na forma em que existe hoje. Quando mais profunda a reflexão, quanto maiores as possibilidades de discutir a própria vida, quanto maior a densidade da organização popular e seu amadurecimento, mais diferenciada será a luta por escolas. Torna-se cada vez mais claro que não é essa a escola que se deseja e incorpora-se o desejo da transformação. Assim, da vontade de ir à escola, nasce o projeto de ir até ela para negá-la e, com essa negação, criar um novo modo de se fazer educação. Nessa trajetória, os movimentos populares que lutam pela transformação da escola descobrem que ela só será possível junto com a transformação de toda a sociedade.

PUBLICAÇÕES DO CEDI

OUTROS TÍTULOS DA SÉRIE "CADERNOS DO CEDI"

ALFABETIZAÇÃO E PRIMEIRAS CONTAS

60 páginas, 1983.

Material instrumental de educação popular.

Relata o processo de produção de cartilhas de alfabetização e primeiras contas para um grupo de seringueiros do estado do Acre.

CANAVIEIROS EM GREVE

106 páginas,

Registro dos debates no Encontro de

Canavieiros, em 1985.

Depoimentos de mais de uma dezena de dirigentes sindicais dos trabalhadores da cana, em diversas regiões do Brasil.

ROÇAS COMUNITÁRIAS

68 páginas,

Lavradores e agentes de pastorais discutem as práticas de ação coletiva que implicam no uso comum da terra, na organização coletiva do trabalho e nas formas igualitárias da distribuição do produto do trabalho.

IGREJAS, DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO POPULAR

82 páginas,

A questão da construção de uma sociedade onde haja menos injustiças e desigualdades. Textos de Lysâneas Maciel, Milton Schwantes, Pablo Richard, Uriel Molina e outros.

DEIXAI VIR A MIM OS PEQUENINOS

56 páginas,

Texto resultante do seminário ecumênico sobre o problema dos menores carentes e marginalizados e a participação das Igrejas na sua solução.

PERIFERIA: DESAFIOS À UNIDADE

111 páginas, 1987

Relato e reflexões sobre a experiência da Pastoral Ecumênica de Periferia, desenvolvida no Rio Grande do Sul por Igrejas Protestantes.

DOSSIÊS CONSTITUINTE

DOSSIÊ CONSTITUINTE

212 páginas, 1986

Documentos e publicações dos movimentos sociais, artigos publicados na imprensa e vinte textos originais. Documenta, de maneira abrangente, as reivindicações do povo para a Constituinte.

DOSSIÊ CONSTITUINTE II

a sair em 1987

As graves questões nacionais e as propostas populares. Reúne artigos inéditos sobre os principais temas da construção do Estado de Direito Democrático e aprofunda a análise de duas questões fundamentais: a da terra e dos direitos dos trabalhadores.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

Coleção de 18 volumes, dos quais três já foram publicados, cada um relativo a uma área do Brasil e trazendo textos, fotos, iconografias, mapas, documentos, depoimentos e fontes sobre todos os povos indígenas existentes em cada área.

Já foram editados:

AMAPÁ/NORTE DO PARÁ (Volume 3) —

268 páginas

JAVARI (Volume 5) — 164 páginas

SUDESTE DO PARÁ/TOCANTINS (Volume 8 —

Tomo II) — 228 páginas

SUDESTE DO PARÁ/XINGU (Volume 8 — Tomo I)

— em preparação

Além dos volumes regionais anualmente se publica um ACONTECEU ESPECIAL com informações sobre os povos indígenas de todo o país. Elaborados com base no acompanhamento das notícias veiculadas durante o ano por 60 jornais e nas colaborações de dezenas de pessoas que vivem de perto a situação dos povos indígenas.

Estão disponíveis os ACONTECEU ESPECIAL:

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL/1983 — 248

páginas

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL/1984 — 336

páginas

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL/1985 — em

preparação